



**Ministério do Desenvolvimento Agrário
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional do Estado do Tocantins**



**Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2010**

Março de 2011



**Ministério do Desenvolvimento Agrário
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Superintendência Regional do Estado do Tocantins**

**Prestação de Contas Ordinária Anual
Relatório de Gestão do Exercício de 2010**

Relatório de Gestão do exercício de 2010 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da IN TCU nº 63/2010, da DN TCU nº 107/2010, da Portaria TCU nº 277/2010.

Palmas - TO, Março de 2011.

RUBERVAL GOMES DA SILVA

Superintendente Regional Substituto

DANIEL MARTINS FELZEMBURG

Chefe da Procuradoria Regional

BERENICE KRAN DE OLIVERIA

Chefe da Divisão de Administração

EDVALDO SOARES DE OLIVEIRA

Chefe da Divisão de Obtenção de Terras

ISMAEL GOMES MARINHO

Chefe da Divisão de Desenvolvimento

ELEUSA MARIA GUTEMBERG

Chefe da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

JOÃO JOSÉ DE SOUZA CRUZ

Chefe da Divisão Estadual de Regularização Fundiária da Amazônia Legal

Missão

“Implementar a política de Reforma Agrária e realizar o Ordenamento da Estrutura Fundiária nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável”.

Visão de Futuro

“Ser referência internacional de soluções de inclusão social”.

Listas de Abreviações e Siglas

ATES – Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CGU - Controladoria Geral da União
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
COOPTER – Cooperativa de Trabalho, Prestação de Serviços, Assistência Técnica e Extensão Rural
COOPVAG – Cooperativa de Profissionais Liberais do Vale do Araguaia
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
EFA – Escola Família Agrícola
GAP - Gestão e Administração do Programa
IN – Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ITERTINS – Instituto de Terras do Tocantins
LFPR - Licença Florestal da Propriedade Rural
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário
NE – Norma de Execução
OAR – Ouvidoria Agrária Regional
PA - Projeto de Assentamento
PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
PO - Programação Operacional
PPA - Plano Plurianual
PPR - Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais
PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
RURALTINS - Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins
SDH – Serviço de Desenvolvimento Humano
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
SPIUNET – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
SIR - Sistema de Informações Rurais
SISTERLEG - Sistema Terra Legal
SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
SR – Superintendência Regional
SR(26)TO- Superintendência Regional do INCRA no Estado do Tocantins
SR(26)/A – Divisão de Administração

SR(26)/T – Divisão de Obtenção de Terras

SR(26)/D – Divisão de Desenvolvimento

SR(26)/F – Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

SRFA - Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

SRFA (09) – Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

TDA - Título da Dívida Agrária

UG - Unidade Gestora

UJ - Unidade Jurisdicionada

UMC - Unidade Municipal de Cadastramento

Listas de Tabelas

Tabela I Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8384.....	25
Tabela II. Execução Financeira-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8384.....	25
Tabela III Famílias Assentadas por Forma de Obtenção	25
Tabela IV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8387	26
Tabela V Execução Financeira-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8387.....	27
Tabela VI. Execução Detalhamento da Execução Física da Ação 8387	27
Tabela VII. Vistoria Preliminar	28
Tabela VIII Vistoria de Avaliação	28
Tabela IX Vistoria Preliminar Iniciada em 2009 e Concluída em 2010.....	29
Tabela X. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8374	30
Tabela XI Execução Financeira-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8374	30
Tabela XII Detalhamento Físico da Ação 8374	31
Tabela XIII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4460	32
Tabela XIV Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4460	32
Tabela XV Áreas Obtidas em 2010	33
Tabela XVI Imóveis Decretados por Interesse Social em 2010	33
Tabela XVII Outras Atividades da Ação 4460	33
Tabela XVIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272	34
Tabela XIX Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272	34
Tabela XX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8396	37
Tabela XXI Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8396	37
Tabela XXII Obras Contratadas com Orçamento do Exercício de 2010.....	37
Tabela XXIII Obras Contratadas com Orçamento do Exercício de 2009 e Concluídas em 2010....	38
Tabela XXIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8398	39
Tabela XXV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 8398	39
Tabela XXVI Homologação de Peças Técnicas	40
Tabela XXVII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4358	41
Tabela XXVIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4358....	41
Tabela XXIX Atividades NE 47	42
Tabela XXX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2B06.....	43
Tabela XXXI Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2B06.....	43
Tabela XXXII Projetos de Assentamentos Atendidos pela Ação 2B06	43
Tabela XXXIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 0427.....	44
Tabela XXXIV Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 0427	44
Tabela XXXV Execução Orçamentária Modalidade de Crédito	45
Tabela XXXVI Crédito Instalação Aplicado	45
Tabela XXXVII Crédito Instalação Disponibilizado	45
Tabela XXXVIII Crédito Apoio Inicial Aplicado em 2010	46
Tabela XXXIX Crédito Recuperação Material de Construção Aplicado em 2010	46
Tabela XL Crédito Aquisição Material de Construção Aplicado em 2010	47
Tabela XLI Crédito Fomento Aplicado em 2010	48
Tabela XLII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272	49
Tabela XLIII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272	49
Tabela XLIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2105.....	52
Tabela XLV Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na ação 2105	52
Tabela XLVI Atividades Serviço de Cadastro Rural.....	53
Tabela XLVII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4426	54
Tabela XLVIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4426	54

Tabela XLIX Serviços de Georreferenciamento Homologados	55
Tabela L Certificação de Imóveis Rurais em 2010.....	55
Tabela LI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2110	56
Tabela LII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2110	56
Tabela LIII Imóveis Regularizados em 2010.....	57
Tabela LIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8378	59
Tabela LV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8378	59
Tabela LVI Cadastro de Posses em 2010.....	59
Tabela LVII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272	60
Tabela LVIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272	61
Tabela LIX Execução Física das ações realizadas pela UJ na ação 4572.....	62
Tabela LX Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4572	63
Tabela LXI Capacitações SR26/TO 2010.....	63
Tabela LXII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2109	65
Tabela LXIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2109	65
Tabela LXIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8402.....	67
Tabela LXV Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8402	67
Tabela LXVI Resultados do PNDTR.....	68
Tabela LXVII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 1642	70
Tabela LXVIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 1642	70
Tabela LXIX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8370.....	72
Tabela LXX Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8370	72
Tabela LXXI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272.....	74
Tabela LXXII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272.....	74
Tabela LXXIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4470	76
Tabela LXXIV Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4470	76
Tabela LXXV Famílias Assistidas com ATES - 2010	76
Tabela LXXVI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272.....	78
Tabela LXXVII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272....	78
Tabela LXXVIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2000	80
Tabela LXXIX Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2000	80
Tabela LXXX Contratos Administrativos	81
Tabela LXXXI – Gastos com cartões de pagamento do governo federal - 2010	130
Tabela LXXXIII Processos de fiscalização de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha.....	147

SUMÁRIO

PARTE A – CONTEÚDO GERAL.....	14
1. Estrutura Organizacional	14
2. Identificação de Relatório de Gestão Individual.....	15
3. Introdução.....	16
4. Objetivos e Metas Institucionais	17
4.1 Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas.....	17
4.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	20
4.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	21
4.2.2 Divisão de Obtenção de Terras	22
4.2.3 Divisão de Desenvolvimento	23
4.2.4 Divisão de Administração	23
4.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade	24
4.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais	24
4.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária.24	
4.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais26	
4.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária.....30	
4.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária32	
4.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....34	
4.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária.....36	
4.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	36
4.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento39	
4.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol40	
4.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento	40
4.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária	42
4.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	42
4.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas	44
4.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....49	
4.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas	51

4.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	51
4.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural	53
4.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional	53
4.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais.....	56
4.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas	58
4.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas.....	58
4.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa	60
4.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário.....	62
4.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação	62
4.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo	64
4.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas	64
4.3.6 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres	66
4.3.6.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural.....	66
4.3.7 Programa 1336 – Brasil Quilombola	69
4.3.7.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.	69
4.3.7.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos	70
4.3.8 Programa 1350 – Educação no Campo	71
4.3.8.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo	71
4.3.8.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social.....	71
4.3.8.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária.....	72
4.3.8.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa.....	73
4.3.9 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura	75
4.3.9.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados	75
4.3.9.2 Ação 2272 - Gestão do Programa	77
4.3.10 Programa 0750 – Apoio Administrativo	79
4.3.10.1 Ação 2000 - Administração da Unidade.....	79
4.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	83
2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa	83
2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias	83
2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes	83
2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.....	83
2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.	83

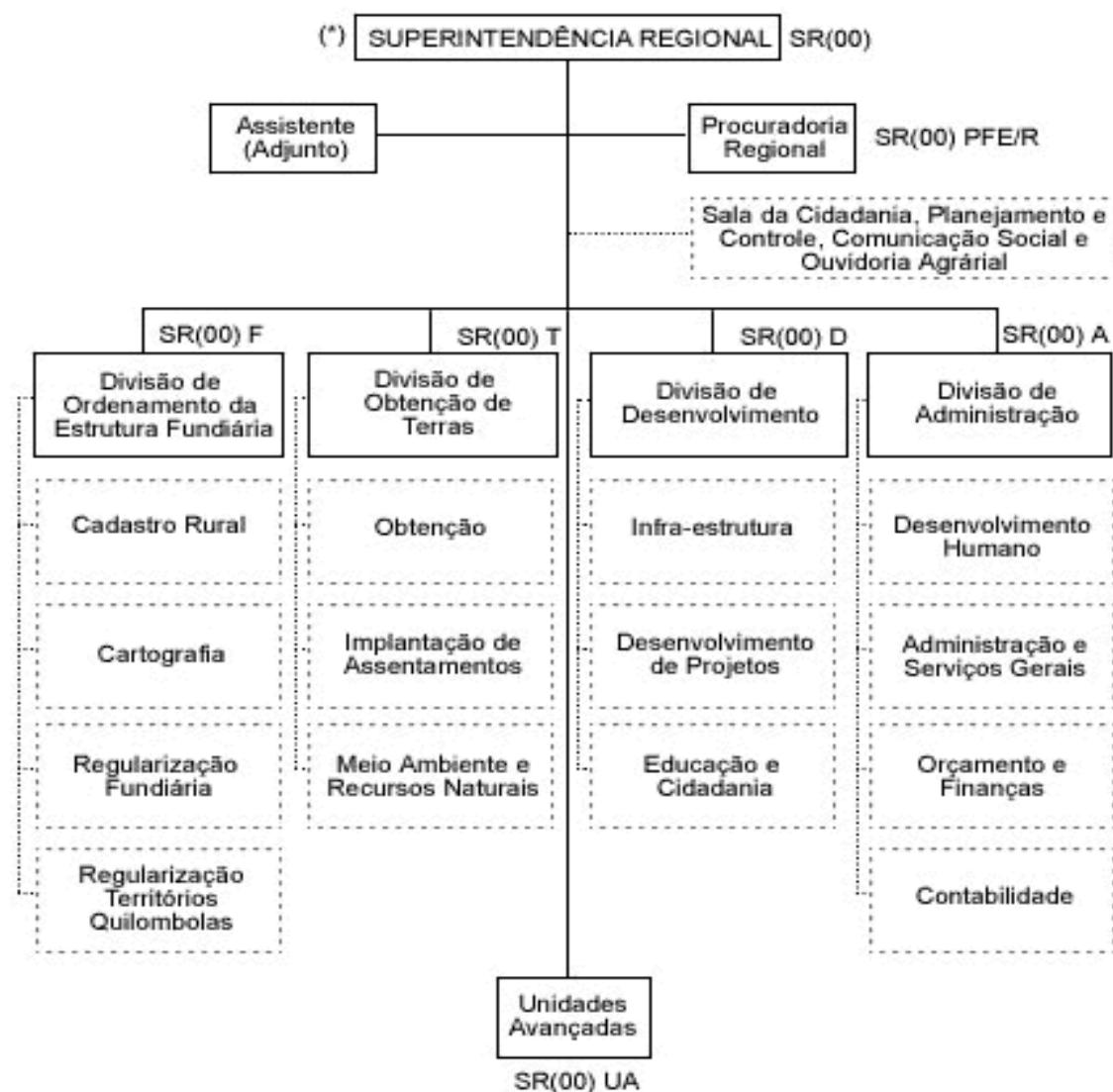
2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	84
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa.....	86
2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	86
2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	87
2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação.....	88
2.4.2.4. Análise Crítica.....	89
2.4.3. Indicadores Institucionais.....	90
5. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	100
5.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	100
5.2 Análise Crítica.....	100
6. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.	101
6.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores	101
6.2 Análise Crítica.....	101
7. Informações sobre Recursos Humanos da unidade	102
7.1 Composição do quadro de servidores ativos	102
7.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010.....	102
7.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010	103
7.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010	103
7.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	104
7.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010.....	104
7.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010	104
7.3 Composição do quadro de estagiários	105
7.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos.....	106
7.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010.....	106
7.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	108
7.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva.....	108
7.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra	109
7.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra.....	110
7.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos	110

8. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.....	111
8.1 Transferências efetuadas no exercício	111
8.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência.	111
8.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios	114
8.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes	115
8.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse	116
8.1.6 Análise Crítica	118
7. Declaração do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.	119
8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.	120
9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ	121
9.1 Estrutura de controles internos da UJ.....	121
10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.....	123
10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis	123
11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.....	125
11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	125
11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união	125
11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros	125
11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ	126
11.1.4 Análise crítica:	126
12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ	128
12.1 Gestão de TI da UJ	128
13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.....	130
14. Informações sobre Renúncia Tributária.....	131
15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.	132
15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício.....	132
15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício	134
15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI	134

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício	136
16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.....	136
17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.....	137
17.1 Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda.	137
Parte B - Informações Contábeis da Gestão	144
18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.	144
19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).	145
Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA.....	146
20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.º 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:.....	146
21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.....	149

PARTE A – CONTEÚDO GERAL

1. Estrutura Organizacional da Superintendência Regional do Estado do Tocantins – SR-26



(*) Todas as Superintendências Regionais têm a mesma estrutura básica. A distinção em SR do tipo I, II ou III se dá em função do número de cargos de assessoramento (DAS 102.1) que cada uma dispõe.

2. Identificação de Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário			Código SIORG: 17125
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins			
Denominação abreviada: SR-26/TO			
Código SIORG: 4148	Código LOA: 49201	Código SIAFI: 373085	
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Órgão da administração indireta do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração pública em geral		Código CNAE: 84.11-6-00	
Telefones:	(63) 3219-5200 (63) 3219-5201	Fax	(63) 3219-5205
Endereço eletrônico: www.incra.gov.br			
Endereço Postal: 302 Norte, Alameda 01, Lote 01-A, Plano Diretor Norte. CEP 77.006-336 Palmas-TO			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 95, de 8 de agosto de 1991, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de agosto de 1991, com definição de competências atribuídas pela Estrutura Regimental aprovada pelo Decreto Nº 6.812, de 3 de abril de 2009, e Regimento Interno aprovado pela Portaria Ministerial nº 20, de 8 de abril de 2009, publicada no Diário Oficial da União, nº 68 de 9 de abril de 2009.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
133084	Unidade Avançada de Araguaína		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373079	Unidade Avançada de Gurupi		
Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
373086	Unidade Avançada de Araguatins		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
373085		37201	
133084		37201	
373079		37201	
373086		37201	

3. Introdução

O Relatório de Gestão da Superintendência Regional do Incra no Estado do Tocantins, além de cumprir uma formalidade legal, tem a finalidade de dar transparência a Política de Reforma Agrária executada por esta Regional, destacando as ações relevantes e também as dificuldades enfrentadas durante o exercício a que se refere. É, portanto, por meio dele que se pode aferir se os objetivos e metas foram alcançados.

Esclarece-se que o maior limitador à execução das ações dos programas e atividades por esta Regional é o quadro reduzido de servidores, o qual não acompanhou o crescimento das atribuições e metas institucionais da unidade jurisdicionada nos últimos exercícios. Dessa maneira, relatamos que toda e qualquer ação planejada a ser desenvolvida se depara com esse limitador, o que implica de maneira significativa na prestação serviços com qualidade ao público alvo do INCRA/TO.

As informações contidas neste relatório foram extraídas do Módulo SIR de Monitoria Avaliação, SIAFI e relatórios setoriais das Divisões e Diretorias que compõem a estrutura funcional do INCRA. Informações estas que refletem a execução de 10 (dez) programas governamentais, conforme listados abaixo:

- a) 0135 - Assentamentos Sustentáveis para Trabalhadores Rurais;
- b) 0137 - Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento;
- c) 0138 - Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas;
- d) 0139 - Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário;
- e) 1120 - Paz no Campo;
- f) 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres;
- g) 1336 - Brasil Quilombola;
- h) 1350 - Educação do Campo (PRONERA);
- i) 1427 - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar (ATES);
- j) 0750 - Apoio Administrativo.

4. Objetivos e Metas Institucionais

4.1- Responsabilidades institucionais da unidade - Papel da unidade na execução das políticas públicas.

A missão institucional do INCRA é implantar a política de reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional, contribuindo para o desenvolvimento rural sustentável, tendo como visão de futuro ser referência internacional de soluções de inclusão social. Está presente em todo o território nacional por meio de 30 Superintendências Regionais.

De acordo com o Regimento Interno, a Superintendência Regional em Tocantins (SR-26/TO) é um órgão descentralizado, ao qual compete coordenar e executar, na sua área de atuação, as atividades de gerenciamento da estrutura fundiária, regularização da estrutura fundiária, implantação e desenvolvimento de assentamentos, assim definidos:

Gerenciamento da estrutura fundiária: gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (Lei 5.868/72); fiscalização cadastral; implantação do Cadastro Nacional de Imóveis Rurais (Lei 10.267/01); emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR); treinamento e capacitação das Unidades Municipais de Cadastramento.

Regularização da estrutura fundiária: georreferenciamento de imóveis; titulação de posseiros; destinação de terras públicas; discriminação e arrecadação de terras devolutas; regularização e titulação de quilombolas.

Implantação e desenvolvimento de assentamentos: cadastramento e seleção de famílias; obtenção de terras; criação de projetos de assentamento; assessoria técnica, social e ambiental; topografia; licenciamento ambiental; concessão de créditos de instalação; infraestrutura básica; crédito para investimento e custeio da produção; fomento à agroindústria e à comercialização; concessão de títulos de domínio e posse às famílias assentadas; recuperação de passivo ambiental; programas e ações nas áreas de educação, cidadania e igualdade de direitos de gênero, raça e etnia.

Como resultado da coordenação e execução das atividades citadas, a SR-26/TO tem os seguintes objetivos:

- a) Promover o acesso à terra;
- b) Implantar ações para incentivar a produção, a geração de renda e o acesso a direitos fundamentais em parcerias com outros entes governamentais;
- c) Implantar ações de promoção da igualdade de gênero, garantia dos direitos das famílias assentadas e comunidades rurais tradicionais;
- d) Assegurar a qualidade dos assentamentos, por meio de investimento em infraestrutura social e produtiva.

A partir dessas atribuições e objetivos, compete à Regional implantar a política de reforma agrária, democratizando o acesso à terra, com a promoção de desenvolvimento rural, a geração de

renda para o homem do campo, a segurança alimentar e a permanência dos assentados na terra, com o desenvolvimento de programas e ações que buscam viabilizar a produção sustentável nos assentamentos a fim de assegurar a qualidade de vida das famílias beneficiárias.

As ações incluem a obtenção de terras para a implantação de projetos de reforma agrária, o cadastro e a seleção de famílias beneficiárias, a aplicação de créditos para a instalação dos projetos, a contratação de assessoria técnica para os assentamentos, a construção de obras de infraestrutura, além de programas especiais para promover a inclusão social e a cidadania dos trabalhadores rurais. Esses programas e ações serão descritos e detalhados no presente relatório, mas citamos em linhas gerais:

- a) Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas;
- b) Vistoria e avaliação para obtenção de imóveis rurais;
- c) Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária;
- d) Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária;
- e) Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária;
- f) Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento;
- g) Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas;
- h) Assistência Técnica e Capacitação de Assentados;
- i) Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento;
- j) Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária;
- k) Educação de Jovens e Adultos no Campo;
- l) Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas;
- m) Gerenciamento do Cadastro de Imóveis Rurais;
- n) Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional;
- o) Regularização Fundiária de Imóveis Rurais;
- p) Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos;
- q) Promoção de cidadania e direitos de igualdade de gênero com a emissão de documentos civis e trabalhistas.

O público alvo da SR-26/TO é composto por famílias assentadas, famílias acampadas, agricultores familiares que vivem em comunidades rurais tradicionais, populações ribeirinhas, atingidos por barragens e outras obras de infraestrutura, mulheres e jovens trabalhadores rurais. Historicamente, a instituição tem privilegiado as ações de implantação da política de reforma agrária, com menor ênfase nas ações de gerenciamento e ordenamento da estrutura fundiária.

A Regional trabalha com um público de 23.559 famílias assentadas e contabilizamos, hoje, 1.385 famílias que demandam a criação de novos projetos para assentamento de trabalhadores rurais.

Não há demanda de desintração de ocupantes de áreas indígenas. Em relação às comunidades quilombolas, há 25 processos formalizados de identificação, delimitação, demarcação e criação de territórios no estado. Os três processos em estágio avançado beneficiarão mais de 400 famílias remanescentes de quilombos, após a sua conclusão.

A SR-26 possui Sede em Palmas e Unidades Avançadas nos municípios de Araguaína, Araguatins e Gurupi. Foi criada pela Portaria nº 95, de 08/08/91, publicada no Diário Oficial da União, de 13 de agosto de 1991.

As ações de reforma agrária no estado foram executadas de 1987 a 1991 pela Superintendência de Goiás, que implantou 34 projetos e assentou 3.192 famílias. O primeiro projeto criado foi o PA São João, no município de Porto Nacional, em 1987. A Superintendência de Tocantins administra atualmente 368 projetos, nos quais foram assentadas 23.559 famílias, em áreas que totalizam 1.217.575 hectares, distribuídos em 100 municípios tocantinenses.

4.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

Para executar suas metas e atribuições institucionais, implantando as ações e programas nas áreas de reforma agrária, ordenamento fundiário e gerenciamento da estrutura fundiária, a SR-26/TO adotou as seguintes estratégias de atuação:

- a) Realização de reuniões com os movimentos sociais para apontar demandas e prioridades no assentamento de trabalhadores rurais sem terra e para informar sobre a execução das ações na área;
- b) Reunião da direção desta Regional em diversos Projetos de Assentamentos (PA) a fim de levantar demandas das famílias assentadas;
- c) Reunião da direção desta Regional com gestores municipais e estaduais;
- d) Definição de áreas prioritárias para intervenção com a identificação de terras públicas e privadas com perspectiva de assentamento de famílias sem terra de acordo com a demanda apresentada pelos movimentos sociais;
- e) Atualização da planilha referencial de preços dos imóveis por microregiões;
- f) Cadastramento e seleção de famílias com aptidão agrícola para fins de assentamento, com orientação aos sindicatos de trabalhadores rurais e associações de sem terra sobre o perfil e aptidão necessários, assim como os impedimentos e os critérios de cadastro, seleção, legitimação e homologação;
- g) Acompanhamento e fiscalização dos convênios com as prestadoras de assessoria técnica a fim de promover o assessoramento técnico, social e ambiental dos assentados com o objetivo de fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia;
- h) Acompanhamento da situação sócio-econômica e ambiental dos assentamentos e das famílias assentadas durante as visitas dos técnicos na execução de ações ou ainda com o apoio das prestadoras de assessoria técnica;
- i) Apoio das prestadoras de assessoria técnica na implantação de modalidades do Programa de Crédito Instalação na área produtiva com capacitação e orientação técnica sobre o desenvolvimento de atividades agropecuárias;
- j) Capacitação de servidores sobre a nova legislação referente à contratação de assessoria técnica e elaboração de estudos para realização de chamada pública, visando atender as famílias assentadas sem assistência técnica e substituição dos convênios por contratos após a vigência dos mesmos;
- k) Padronização das ferramentas de execução e monitoramento dos programas de desenvolvimento dos assentamentos nas áreas de crédito instalação, assessoria técnica e concessão de crédito produtivo do Pronaf, com a definição de equipes,

capacitação dos servidores e participação das prestadoras de assessoria técnica nas discussões de aperfeiçoamento das rotinas de trabalho;

- l) Estabelecimento de parcerias com outras esferas governamentais, na forma de convênios sob supervisão e fiscalização da SR-26, com o objetivo de executar serviços de engenharia para implantação e recuperação de infraestrutura básica em projetos de assentamento;
- m) Capacitação e promoção do acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras nas áreas de reforma agrária com o acompanhamento e a fiscalização do convênio do Pronera em vigor, além de discussões com instituições de ensino a fim de elaborar propostas pedagógicas de novos cursos;
- n) Definição de parâmetros internos e rotinas de trabalho para execução e acompanhamento dos programas e ações;
- o) Gerenciamento da estrutura fundiária com a gestão do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) por meio da atualização de dados dos imóveis, fiscalização cadastral, georreferenciamento das propriedades e emissão do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR);
- p) Treinamento dos gestores das Unidades Municipais de Cadastramento e a implantação de novas unidades a fim de descentralizar os serviços de atualização e emissão do CCIR;
- q) Regularização das terras públicas federais arrecadadas e matriculadas em nome da União por meio do Programa Terra Legal Amazônia;
- r) Gestão para reduzir ou equacionar os conflitos e litígios pela posse e uso da terra por meio da intervenção do ouvidor agrário regional.

A adoção das estratégias elencadas assegurou a execução das políticas de responsabilidade do órgão, apesar dos entraves legais/administrativos e as dificuldades operacionais de recursos humanos, materiais e financeiros. Abaixo, nos itens 4.2.1 a 4.2.4, informa-se entraves e pontos deficitários na execução das atribuições da SR-26, localizados, no âmbito de atuação de cada divisão.

4.2.1 Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária

- a) Insuficiência de equipamentos para execução das ações de gerenciamento e ordenamento da estrutura fundiária (máquinas fotográficas, GPS, viaturas, equipamentos de informática);
- b) Falta de servidor com formação em antropologia para ações de regularização dos territórios quilombolas;

- c) Morosidade dos cartórios de registro de imóveis em atender solicitações de certidões;
- d) Recursos insuficientes para atender a demanda de capacitação dos servidores em perícia agrária, legislação cadastral, ambiental e regularização de quilombolas;

4.2.2 Divisão de Obtenção de Terras

- a) Legislação ambiental que não diferencia assentamento da reforma agrária de empreendimento comercial e industrial, dificultando a agilidade dos trabalhos de licenciamento;
- b) Necessidade de regulamentar a desapropriação em função de ação judicial trabalhista e ambiental;
- c) Necessidade de revisão dos índices de produtividade dos imóveis rurais;
- d) Recursos insuficientes para atender a demanda de capacitação periódica de servidores em perícia judicial, legislação ambiental, processamento e análise de imagens, licitação e convênios;
- e) Falta de critérios nas solicitações por parte dos movimentos sociais de imóveis que não atendem às qualificações exigidas para o assentamento de famílias;
- f) Insuficiência de equipamentos, como GPS, máquina fotográfica e equipamentos de informática;
- g) Investimento reduzido nas áreas de licenciamento, manejo e recuperação ambiental frente à demanda existente;
- h) Morosidade do órgão ambiental estadual em analisar os requerimentos de licenciamento ambiental;
- i) Dificuldade em realizar parcerias para investimento nas áreas de manejo e recuperação ambiental de assentamentos, assim como o reduzido número de empresas habilitadas a prestar serviços na área;

4.2.3 Divisão de Desenvolvimento

- a) Problemas de regularidade fiscal das prefeituras para firmar convênios visando a implantação ou recuperação de infraestrutura básica nos assentamentos;
- b) Baixa capacidade operacional das entidades prestadoras de serviços de assessoria técnica em atender ao total de famílias assentadas no estado;
- c) Rotatividade de beneficiários nos assentamentos, dificultando a aplicação de créditos e demais políticas;
- d) Morosidade das instituições financeiras para regularizar as contas das associações para aplicação das modalidades do crédito instalação;

4.2.4 Divisão de Administração

- a) Recursos alocados na programação operacional abaixo da necessidade real para pagamento das despesas essenciais e contratos administrativos;
- b) Atrasos na descentralização de recursos para fazer face às obrigações dos contratos de prestação de serviços;
- c) Necessidade de ampliar a frota de veículos para atender a demanda de viagens a campo para execução das metas institucionais.

4.3 Programas e Ações sob a responsabilidade da unidade

4.3.1 Programa 0135 Assentamento de Trabalhadores Rurais

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a democratização do acesso à terra.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Edvaldo Soares de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de Famílias Cadastradas no SIPRA Beneficiadas no Programa Nacional de Reforma Agrária (%), Unidade de Produção Familiar Gerada por Imóvel Incorporado ao Programa Nacional de Reforma Agrária (unidade)

Público-alvo (beneficiários): Trabalhadores rurais sem-terra.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹

Principais Ações do Programa

4.3.1.1 Ação 8384 – Cadastro e Seleção de Famílias para o Programa de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Identificar, cadastrar, selecionar, legitimar e homologar famílias para assentamentos rurais e manter atualizado o Sistema de Informações sobre Projetos de Reforma Agrária.

Descrição: Identificação, cadastramento, seleção, legitimação e homologação de famílias beneficiárias da Reforma Agrária; acompanhar a movimentação das famílias beneficiadas (assentamento, transferência, desistência, eliminação, titulação); manter atualizado o sistema de informações dos projetos de reforma agrária especialmente no que se refere aos dados sobre a situação econômica, social e ambiental dos projetos de assentamentos (Créditos recebidos, habitação rural e infraestrutura e produção); emitir relação de beneficiários dos projetos de assentamentos; emitir documentos para o beneficiário para atendimento da legislação vigente (Contrato de assentamento, Contrato de Crédito, Certidões para fins de Seguridade Social, e Declaração de Aptidão ao PRONAF - DAP).

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras.

¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ tendo em vista que esta Regional não gerencia programas governamentais inscritos na Lei do Plano Plurianual.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela I Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8384

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011 ²
21	631	135	8384	A	3	Família Assentada	1.492	1.367	91,62	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e SIPRA.

Tabela II. Execução Financeira-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8384

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
189.144,00	198.160,00	186.274,19	94,00	164.661,19	83,10	164.661,19	83,10

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela II, foram provisionados nesta Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 198.160,00 (cento e noventa e oito mil, cento e sessenta reais), que representa 104,77% do valor consignado na Programação Operacional (PO/2010). Foram empenhados R\$ 186.274,19 (cento e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e dezenove centavos) dos quais foram pagos R\$ 164.661,19 (cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e sessenta e um e dezenove centavos), que representam 83,10% de execução orçamentária.

A meta física programada para o exercício de 2010 era assentar 1.492 (um mil quatrocentos e noventa e dois) famílias, sendo assentadas 1.367 (um mil trezentos e sessenta e sete) famílias, que correspondem a 91,69% da meta física, conforme descrito na tabela I. Abaixo, demonstra-se o número de famílias assentadas por forma de obtenção.

Tabela III Famílias Assentadas por Forma de Obtenção

Forma de Obtenção	Nº Famílias
Família Assentada em Área Desapropriada	1.182
Família Assentada em Área Comprada	69
Família Assentada em Área Arrecadada	108
Família Assentada em Área Obtida Através de Outras Formas (Doação)	8
Famílias Assentadas em PA's criados em exercícios anteriores	1.223
Famílias Assentadas em PA's criados no exercício atual	144

Fonte: Módulo de Monitoria e Avaliação e SIPRA.

Conforme o demonstrativo da Tabela III, a maior parte das famílias (1.223) foram assentadas em lotes vagos, parcelas retomada administrativa ou judicialmente em projetos de assentamentos criados em anos anteriores.

² Informamos que este campo não está preenchido devido que até o momento, 24 de março de 2010, não foi aprovada a Programação Operacional do INCRA para o exercício 2011.

É necessário Esclarecer que o não alcance da meta estabelecida, para esta Superintendência Regional, de assentar 1.492 (um mil quatrocentos e noventa e duas) famílias, deve-se, principalmente, à insuficiência de orçamento para obtenção de imóveis rurais decretados para fins de interesse social.

Ressalta-se que, para fins de execução da meta física programada, considera-se apenas o quantitativo de famílias homologadas no Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária (SIPRA). Informamos que antes de serem homologadas no SIPRA, as famílias passam pelas fases de cadastramento, seleção, classificação, legitimação e conferências de informações pela Controladoria Geral da União (CGU).

4.3.1.2 Ação 8387 – Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Promover a identificação, vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou de aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção.

Descrição: Vistoria e avaliação de imóveis rurais para fins de desapropriação ou aquisição por compra e venda e outras formas de obtenção; promoção da declaração de imóveis rurais como de interesse social para fins de reforma agrária; imissão na posse de imóveis rurais desapropriados; provisão de recursos para as despesas com processos administrativos e judiciais, e publicação de editais; apoio logístico por meio de aquisição de máquinas e equipamentos; levantamento de cadeia dominial e registros cartoriais de imóveis; despesas com publicações e notificações a proprietários; custear desmontes e transporte de bens móveis e semoventes nos processos de desapropriações

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela IV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8387

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	8387	A	3	Área Vistoriada	86.855	59.997,28	69,08	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011)

Tabela V Execução Financeira-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8387

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
312.787,13	358.667,39	349.501,03	97,44	340.128,78	94,83	340.128,78	94,83

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela V, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário de R\$ 358.667,39 (trezentos e cinqüenta e oito mil, seiscentos e sessenta e sete reais e trinta e nove centavos), que representa 114,67% do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 349.501,03 (trezentos e quarenta e nove mil, quinhentos e um reais e três centavos), sendo pagos R\$ 340.128,78 (trezentos e quarenta mil, cento e vinte e oito reais e setenta e oito centavos), que representam 94,83% de execução orçamentária.

A meta física programada era vistoriar 86.855,00 ha (oitenta e seis mil, oitocentos e cinqüenta e cinco hectares), todavia foram vistoriados 59.997,28 (cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e sete hectares e vinte e oito ares), que correspondem a execução de 69,08 % da meta física programada para o exercício.

A execução da ação abrange os trabalhos de vistoria preliminar, de avaliação agronômica e perícia judicial. Com a execução orçamentária-financeira, a Regional iniciou vistoria preliminar em 20 (vinte) imóveis com área total de 47.108,70 (quarenta e sete mil, cento e oito hectares e setenta ares). Também realizou vistoria de avaliação em 9 (nove) imóveis, cujas áreas totalizam 25.347,99 (vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e sete hectares e noventa e nove ares), além de quatro perícias judiciais³.

Durante o exercício foram finalizadas apenas 15 vistorias preliminares, totalizando área de 34.649,28 (trinta e quatro mil, seiscentos e quarenta e nove hectares e vinte e oito ares). A Regional concluiu as vistorias de avaliação em nove imóveis, representando 25.347,99 (vinte e cinco mil, trezentos e quarenta e sete hectares e noventa e nove ares). Abaixo seguem demonstrativos detalhando a execução física da ação.

Tabela VI. Execução Detalhamento da Execução Física da Ação 8387

Tipo de Atividade	Concluída em 2010		Iniciadas em 2010 a finalizar em 2011	
	ha	Nº Imóveis	ha	Nº Imóveis
Vistoria Preliminar	34.649,28	15	12.459,43	5
Vistoria para Avaliação	25.347,99	9	-	-
Perícias Judiciais	3.300,00	1	-	-

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28 de fevereiro de 2011)

³ Foi realizada o acompanhamento de uma perícia de avaliação de imóvel rural (judicial) e três perícias de parcelas de assentamentos com vistas a levantar valores referentes a benfeitorias para possíveis indenizações de corrente de ações de retomada.

Tabela VII. Vistoria Preliminar

Município	Imóvel	Área (ha)	Laudo	
Almas	Faz. San Vito	10.463,82	Concluído	Inviável
Bandeirantes	Faz. Pantera	1.375,27	Concluído	Viável
Bandeirantes	Faz. Pantera I	665,77	Concluído	Viável
Bandeirantes	Faz. Pantera II	2.181,79	Concluído	Viável
Ananás	Faz. Légua de Pedra	3.833,65	Concluído	Inviável
Augustinópolis	Faz. Baixa Verde	965,64	Concluído	Viável
Muricilândia	Faz. Volta Grande	3.130,40	Concluído	Viável
Porto Alegre	Faz. Stº Antonio II	903,14	Concluído	Viável
Porto Alegre	Faz. Stº Antonio III	993,73	Concluído	Viável
Porto Alegre	Faz. Stº Antonio I	993,73	Concluído	Viável
Bandeirantes	Faz. Barra do Jardim	1.817,02	Concluído	Viável
Alvorada	Faz. Bala	1.347,98	Concluído	Viável
Talismã	Faz. Lagoa Grande	700,76	Concluído	Inviável
Pequizeiro	Faz. Morrinhos e Jacu	2.884,61	Concluído	Viável
Divinópolis	Faz. Santa Adélia	2.391,97	Concluído	Viável
São Bento do TO	Faz. Maju II	1.430,00	Em andamento	
Santa Fé do Araguaia	Faz. Riviera Goiânia	1.669,06	Em andamento	
Bernardo Sayão	Faz. Santa Helena I e III	5.375,80	Em andamento	
Almas	Faz. Oratória	2.718,68	Em andamento	
Dois Irmãos	Faz. Boa Esperança	1.265,88	Em andamento	

Fonte: Planilha de acompanhamento de vistoria SR(26)/T

Tabela VIII Vistoria de Avaliação

Município	Imóvel	Área (ha)	Laudo	
Pequizeiro	Faz. Província	3.605,92	Concluído	Viável
Crixás	Faz. Consolação	3.761,05	Concluído	Viável
Figueirópolis	Faz. Das Cabras	2.264,40	Concluído	Viável
Couto Magalhães	Faz. Vale do Paraíso	1.118,48	Concluído	Viável
Xambioá	Faz. Sertaneja	1.376,10	Concluído	Viável
Augustinópolis	Faz. Baixa Verde	965,64	Concluído	Viável
Araguaína	Faz. Volta Grande	2.927,52	Concluído	Viável
Ananás	Faz. São Francisco/ Boca da Mata	6.436,64	Concluído	Viável
Campos Lindos	Faz. Stª Catarina	2.892,24	Concluído	Viável

Fonte: Planilha de acompanhamento de vistoria SR(26)/T

Em 2010, a Regional concluiu também vistorias iniciadas no exercício de 2009, que totalizaram 11.216,65 (onze mil, duzentos e dezesseis hectares e sessenta e cinco ares), conforme demonstrativo abaixo.

Tabela IX Vistoria Preliminar Iniciada em 2009 e Concluída em 2010

Município	Município	Hectares	Laudo	
Axixá do TO	Faz. Bacuri	2.374,86	Concluído	Viável
Stª Fé do Araguaia	Faz. União	4.105,59	Concluído	Viável
Luzinópolis	Faz. São Joaquim II	1.836,20	Concluído	Viável
Filadélfia	Faz. Mangabeira	2.900,00	Concluído	Viável
TOTAL		11.216,65		

Fonte: Planilha de acompanhamento de vistoria SR(26)/T

Justifica-se que a não execução da ação deve-se, principalmente, à redução da capacidade operacional da Divisão de Obtenção de Terras, ocorrida com a remoção de quatro servidores para a SRFA (09) para execução das atividades de regularização fundiária. A remoção implicou na redução de 40% da força de trabalho do setor, afetando o quantitativo de vistorias.

É importante registrar que para efeito de cumprimento de meta considera-se vistoria prévia/avaliação concluída aquela com laudo agronômico expedido. Dessa maneira, os imóveis que foram vistoriados em campo - demandando tempo e recursos - e sem laudo expedido não foram contados como meta. Enquadram nesse caso, cinco imóveis citados na Tabela.

Esclarecemos, ainda, que a SR-26/TO realizou trabalho de campo a fim de atualizar a Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais - PPR, que é utilizada como parâmetro na definição dos valores relativos à indenização de imóveis rurais nos processos de desapropriação. A planilha é referência também para o estabelecimento de valores cobrados nos processos de expedição de títulos definitivos aos beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária, assim como para a expedição de títulos visando a regularização fundiária de áreas da União.

A atualização periódica das informações robustece os laudos de avaliação ao proporcionar a comparação com dados contemporâneos do mercado imobiliário rural. A elaboração e a atualização da Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais, por microrregião, foi executada pela Câmara Técnica, colegiado composto pelos engenheiros agrônomos do órgão, submetida posteriormente à aprovação do Comitê de Decisão Regional - CDR, conforme Instrução Normativa/ INCRA/ N° 62, de 21 de junho de 2010.

Por último, registra-se que a ação comporta outras atividades que demandam tempo e recursos significativos, como acompanhamento de perícias judiciais, notificações a proprietários rurais, levantamento de cadeia dominial de imóveis, imissão da posse de imóveis desapropriados e elaboração de anteprojeto dos assentamentos a serem criados. As atividades citadas são executadas pelos servidores da Divisão de Ordenamento e não são contabilizadas para efeito da meta da ação.

4.3.1.3 Ação 8374- Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover o licenciamento ambiental dos assentamentos de reforma agrária, proporcionando a regularidade da situação ambiental dos projetos de assentamento de Reforma Agrária, em consonância com compromissos institucionais assumidos quando da assinatura pelo MDA/INCRA e MMA/IBAMA, sob a supervisão do Ministério Público Federal, do Termo de Ajustamento de Conduta para a regularização ambiental de todos os projetos de assentamento, atendendo ainda ao disposto na Resolução Conama 387/06.

Descrição: Realização de estudos e diagnósticos voltados para o licenciamento ambiental dos projetos de assentamento; obtenção e custeio do licenciamento ambiental prévio; obtenção e custeio do licenciamento de instalação e operação; pagamento de taxas relativas à expedição de licenças e publicações; pagamento de taxas aos órgãos ambientais relativas à averbação da reserva legal.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela X. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8374

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	8374	A	3	Licença Ambiental Protocolada	114	14	12,31	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XI Execução Financeira-orçamentária das Ações realizadas pela UJ na Ação 8374

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
2.875.270,59	1.322.291,13	1.139.737,68	86,19	166.749,72	12,61	166.749,72	12,61

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela XI, foram provisionados crédito orçamentário no montante de R\$ 1.322.291,13 (um milhão, trezentos e vinte dois mil, duzentos e noventa e um reais e treze centavos), que representa 45,99% do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 1.139.737,68 (um milhão, cento e trinta e nove mil, setecentos e trinta e sete reais e sessenta e oito centavos) dos quais foram pagos R\$ 166.749,72 (cento e sessenta e seis mil, setecentos e quarenta e nove reais e setenta e dois centavos), que corresponde a 12,61% de execução orçamentária.

A meta física programada em 2010 era de protocolizar 114 (cento e quatorze) licenças. Todavia, a SR-26/TO protocolizou 14 (quatorze) licenças, assegurando execução física de 12,61% da meta programada para o exercício. Abaixo, o detalhamento físico da ação.

Tabela XII Detalhamento Físico da Ação 8374

Descrição	Nº
Licença Prévia (LP) ou Similar Protocolada	13
Licença Prévia (LP) ou Similar Emitida ⁴	3
Licença de Instalação e Operação (LIO) ou Similar Protocolada	1
Outras Licenças Protocoladas ⁵	8
Assentamentos com Licença Prévia (LP) ou similares em vigor	46

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

De acordo com o Termo de Ajustamento de Conduta – TAC, tomado pelo Ministério Público Federal do INCRA- SR(26)TO e do Instituto Natureza do Tocantins – NATURATINS, a Licença Florestal da Propriedade Rural – LFPR é pré-requisito ao protocolo da LIO. Assim, registra-se que a limitação imposta pela legislação ambiental estadual, reproduzida no referido TAC, restringiu, de forma significativa o alcance das metas físicas estabelecidas para o licenciamento ambiental dos Projetos de Assentamento.

Registra-se também, que no decorrer de 2010 o Serviço de Meio Ambiente desta Regional envidou esforços no sentido de realizar procedimento licitatório a fim de contratar empresa especializada para elaboração de LFPR, contudo os trabalhos esbarraram nas planilhas de preços apresentadas pelas empresas, que estavam substancialmente acima dos valores praticados no mercado.

No sentido de avançar com ação, a Regional, para o exercício de 2011, busca parceria com o Ministério da Defesa, por meio do Comando do Exército, a fim de disponibilizar mão de obra especializada - engenheiros e topógrafos, para elaboração de LFPR. Além disso, as empresas que forem contratadas para Prestação de Assistência Técnica, via chamamento público, firmarão compromisso para elaborar licenças dos projetos de assentamentos nos quais executarão os trabalhos.

⁴ LFPR.

⁵ LFPR e Autorização para queimadas controladas em projetos de assentamentos.

4.3.1.4 Ação 4460 - Obtenção de Imóveis Rurais para Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Obter áreas rurais por desapropriação ou aquisição direta para implantação de assentamento de trabalhadores rurais.

Descrição: Obtenção de imóveis rurais e indenização de benfeitorias de posseiros em áreas destinadas à reforma agrária, mediante pagamento da terra nua em Títulos da Dívida Agrária - TDA e das benfeitorias em moeda corrente.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Obtenção de Terras

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XIII. Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4460

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	135	4460	A	3	Área Obtida	10.722	7.867,80	73,38	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XIV Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4460

PO 2010 ⁶	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
16.476.667,00	2.535.610,98	2.535.610,98	100,00	2.535.610,98	100,00	2.535.610,98	100,00

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela XIV, foram provisionados, nesta Regional, crédito orçamentário no montante de R\$ 2.535.610,98 (dois milhões quinhentos e trinta e cinco mil, seiscentos e dez reais e noventa e oito centavos), o que representa 15,39 % do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 2.535.610,98 (dois milhões quinhentos e trinta e cinco mil, seiscentos e dez reais e noventa e oito centavos) e pago o mesmo valor, o que representa 100,00% de execução orçamentária.

Embora haja recursos previstos para pagamento de Títulos da Dívida Agrária - TDA na programação operacional 2010 desta Regional, esclarece-se que esses recursos são executados e gerenciados pelo INCRA/SEDE. Nesta regional são executados apenas os recursos referentes ao pagamento de benfeitorias e sobras de TODA (R\$ 2.535.610,98).

A meta física programada na PO/2010 era obter 10.722 ha (dez mil, setecentos e vinte e dois hectares), todavia foram obtidos 7.867,80 ha (sete mil hectares, oitocentos e sessenta e sete ares e oitenta centiares), representando 73,29 % de execução da física programada para o exercício, segundo os dados da Tabela XIII. Abaixo, o detalhamento físico/financeiro da ação no exercício de 2010.

⁶ Representa a soma dos valores orçados para TDA R\$ 14.848.651,00 e benfeitorias R\$ 1.628.016,00.

Tabela XV Áreas Obtidas em 2010

Imóvel	Município	Área avaliada (ha)	TDA (R\$)	Sobras de TDA (R\$)⁷	Benfeitorias
Loteamento São João / Morro Grande ⁸	Ananás	3.702,51	2.254.673,54	22,26	553.168,14
Fazenda Santa Tereza	Silvanópolis	1.941,13	2.536.255,09	27,76	907.340,68
Fazenda Agropecuária Estrela	Alvorada e Talismã	2.224,16	4.697.680,58	70,64	1.074.848,16
TOTAL		7.867,80	9.488.609,21	120,66	2.535.356,98

Fonte: Planilha de acompanhamento DT

Cabe destacar que durante o exercício 8 (oito) imóveis rurais, com área total de 18.115,24 ha (dezoito mil, cento e quinze hectares e vinte e quatro ares), foram decretados de interesse social para fins de reforma agrária. Dessa maneira, esses imóveis podem em 2011 ser obtidos e transformados em assentamentos de acordo com a disponibilidade orçamentária. Abaixo, demonstramos a relação de imóveis decretados em 2010.

Tabela XVI Imóveis Decretados por Interesse Social em 2010

Imóvel	Município	Área(ha)
Fazenda Santa Tereza III	Pindorama do Tocantins	625,11
Fazenda Santa Tereza I	Santa Rosa do Tocantins	565,2
Fazenda Vale do Paraíso	Couto Magalhães,	1.118,48
Fazenda São Francisco/Boca da Mata	Ananás	6.348,64
Fazendas Antônio Baiano,Sertaneja, Alvorada I e II	Xambioá	1.368,57
Fazenda das Cabras	Figueirópolis	2.269,47
Fazenda Santa Catarina III e IV	Campos Lindos,	2.892,24
Fazenda Volta Grande	Araguaína	2.927,52
TOTAL		18.115,24

Fonte: Decretos de interesse social.

No demonstrativo abaixo, relacionamos outras atividades executadas em 2010 pela Divisão de Obtenção de Terras, por meio da ação de obtenção de terras.

Tabela XVII Outras Atividades da Ação 4460

Descrição	Hectares	Nº Imóveis	Capacidade de Famílias
Decreto	18.211	8	462
Desapropriação - Descentralização de TDA e Recursos para Pagamento de Benfeitorias	7.858	3	203
Desapropriação - Ajuizamento da Ação	5.948	2	147
Desapropriação - Imisão na Posse	5.948	2	147
Desapropriação - Kit decreto	5.131	4	143

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

⁷ Não foram contabilizados na coluna valores referentes a sobras de TDA (R\$ 133,34) de imóveis desapropriados em exercícios anteriores.

⁸ O imóvel foi obtido, todavia não foi transformado em assentamento porque não teve imissão de posse no exercício de 2010, em virtude de que a ação de desapropriação foi ajuizada em fevereiro de 2011.

Destaca-se ainda que a execução física da ação no Estado ocorre, principalmente, via desapropriação de imóveis rurais, na qual apenas os imóveis improdutivos são passíveis de desapropriação.

Informa-se que a execução da ação sofre outros entraves, dentre os quais cita-se orçamento insuficiente para o pagamento das benfeitorias e lançamento dos TDA's; defasagem dos índices de produtividade, morosidade no trâmite processual para expedição dos títulos e nas decisões judiciais de autorização de imissão na posse dos imóveis desapropriados.

4.3.1.5 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XVIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	135	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010.

Tabela XIX Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
0,00	16.786,14	14.509,22	86,44	9.295,18	64,06	9.295,18	64,06

Fonte: SIAFI, PO/2010.

Conforme Tabela XIX, não havia previsão inicial de crédito orçamentário consignado na ação, todavia no decorrer do exercício, por meio de suplementações, foram provisionados nesta Superintendência Regional o montante de R\$ 16.786,14 (dezesseis mil, setecentos e sessenta e oitenta

e seis reais e quatorze centavos). Foram empenhados R\$ 14.509,22 (quatorze mil, quinhentos e nove reais e vinte e dois centavos) dos quais foram pagos R\$ 9.295,18 (nove mil, duzentos e noventa e cinco reais e dezoito centavos), o que representa 64,06% de execução orçamentária.

Informa-se que os recursos executados na ação foram utilizados no acompanhamento e execução das ações do Programa 135, tais como: pagamento de diárias a servidores e passagens.

4.3.2 Programa 0137 – Desenvolvimento Sustentável na Reforma Agrária

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Desenvolver, recuperar e consolidar assentamentos da Reforma Agrária.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ismael Gomes Marinho

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Consolidação de Projetos de Assentamento (%)

Público-alvo (beneficiários): Famílias assentadas.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo⁹

Principais Ações do Programa

4.3.2.1 Ação 8396 - Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Prover ou recuperar os projetos de assentamento rural de infraestrutura básica necessária à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Priorização, a partir do levantamento das demandas de infraestrutura, dos Projetos de Assentamento a serem beneficiados com a implantação ou recuperação de estradas vicinais, rede elétrica, saneamento básico e sistemas de captação e distribuição de água etc, visando proporcionar as condições físicas necessárias para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Desenvolvimento .

⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8396

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	131	137	8396	A	3	Família Atendida	1.628	0	0,00	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XXI Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8396

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
5.082.010,00	6.589.152,93	6.512.047,86	98,83	625.612,32	9,49	625.612,32	9,49

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela XXI, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário de R\$ 6.589.152,93 (seis milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, cento e cinqüenta e dois reais e noventa e três centavos), o que representa 129,66% do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 6.512.047,86 (seis milhões, quinhentos e doze mil, quarenta e sete reais e oitenta e seis centavos) dos quais foram pagos R\$ 625.612,32 (seiscientos e vinte e cinco mil, seiscientos e doze reais e trinta e dois centavos), o que representa 9,49% de execução orçamentária.

Com relação à execução da meta física, esclarece-se que a mesma é zero uma vez que as obras e serviços de infraestrutura em Projetos de Assentamentos relativos ao exercício de 2010 foram contratados no segundo semestre. Dessa forma, a previsão para conclusão dos objetos contratados é primeiro semestre de 2011.

A execução da ação no estado, no exercício de 2010, foi executada mediante parcerias (convênios) com municípios, a fim de executar obras de implantação e recuperação de estradas vicinais, buscando, dessa maneira, a melhoria da qualidade de vida e a viabilização do desenvolvimento sustentável nos Projetos de Assentamento.

Com os recursos da ação foi possível a contratação de obras de implantação e recuperação de estradas, além de construção de pontes, em 29 (vinte e novo) projetos de assentamentos atendendo a um total de 2.083 (dois mil e oitenta e três) famílias. Abaixo, demonstramos as obras contratadas em 2010.

Tabela XXII Obras Contratadas com Orçamento do Exercício de 2010

PA	Famílias	Município	OBRAS		
			Recuperação de Estradas (km)	Implantação de Estradas (km)	Ponte (m)
São Sebastião	73	Santa Fé do Araguaia	-	10,00	-
Andorinha	59	Santa Fé do Araguaia	-	10,00	-
Dalila	135	Santa Fé do Araguaia	-	10,00	-
Camarão I	53	Praia Norte	-	15,92	-

Canoa	128	Riachinho	-	26,00	-
Colorado	71	Riachinho	-	2,35	-
PBaião	55	Chapada de Natividade	-	11,10	-
Firmeza	55	Chapada de Natividade	-	3,70	-
Reis	141	Itaguatins	-	15,74	-
Santa Rita	22	Cariri do Tocantins	3,56	6,20	5,00
Lago Preto	72	Esperantina	-	5,50	-
Esperantina	40	Esperantina	-	4,80	-
Portela	37	Esperantina	-	3,30	-
Restinga	12	Esperantina	-	6,40	-
Tobasa	62	Esperantina	-	7,10	-
Bico	17	Esperantina	-	2,00	-
Araguaiala	63	Esperantina	-	1,55	-
Santa Cruz	285	Esperantina	-	5,08	-
Buriti	73	Axixá	-	9,26	-
Santa Juliana	101	Axixá	-	11,49	-
Boa Sorte II	30	Axixá	-	7,50	8
Agua Fria II	88	Tocantínia	-	12,30	-
Sossego	25	Buriti do Tocantins	-	11,47	-
Canãa	34	Buriti do Tocantins	-	10,75	-
Boa Sorte	60	Buriti do Tocantins	-	1,80	-
Filadélfia	71	Pau D'arco	9,00	-	-
Sudam	93	Pau D'arco	16,00	-	8,00
Pedra Branca	55	Guaraí	17,50	-	-
Soledade	73	Guaraí	7,27	-	-
TOTAL	2.083		53,33	211,33	21

Fonte: Planilha de acompanhamento de infraestrutura SR(26)/D

Além disso, foram concluídas obras iniciadas em exercícios anteriores, de implantação e recuperação de estradas, pontes e bueiros, conforme demonstrativo abaixo, em 12 (doze) projetos de assentamentos atendendo ao um total de 792 (setecentos e noventa e dois) famílias.

Tabela XXIII Obras Contratadas com Orçamento do Exercício de 2009 e Concluídas em 2010

PA	Famílias	Município	Obras			
			Recuperação de Estradas (km)	Implantação de Estradas (km)	Ponte (m)	Bueiro (m)
Santa Luzia	41	Palmeiras do Tocantins	-	5	-	-
Extrema	70	Riachinho	4,57	-	-	-
Riachinho	73	Riachinho	15,26	-	-	-
Casa do Morro	44	Riachinho	6,801	-	-	-
Colorado	70	Riachinho	9,177	-	-	-
Mata Azul	92	Pequizeiro	-	3,02	18	
Conquista	46	Pequizeiro	-	-	5	4
Baião	48	Chapada de Natividade	15	-	-	-

Estrela do Araguaia	62	Caseara	-	23,5	-	-
1º de Maio	62	Caseara	-	5	-	-
Belenzinho	140	Couto Magalhães	13,083	-	-	-
Tamboril	44	Angico	-	14,575	-	-
TOTAL	792		63,89	51,10	23	4

Fonte: Planilha de acompanhamento de infraestrutura SR(26)/D

4.3.2.2 Ação 8398 - Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prover os projetos de assentamento rural de serviços topográficos necessários à viabilização do processo produtivo e do desenvolvimento sustentável.

Descrição: Realização de serviços topográficos, levantamento das potencialidades do solo e de suas adversidades naturais e identificação do perímetro das parcelas (lotes).

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Desenvolvimento.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8398

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	137	8398	A	3	Família Atendida	673	0	0	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XXV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 8398

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
538.638,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Com relação à ação, informamos que no exercício de 2010 a mesma não teve execução financeira, contudo, com relação à execução física, destacamos a homologação, pelo Serviço de Cartografia, de trabalhos iniciados em exercício anteriores, conforme planilha abaixo:

Tabela XXVI Homologação de Peças Técnicas

PA	Área (há)	Nº Parcelas
Che Guevara	1.147,6603	34
Chave de Ouro	435,6060	19
1º de Maio	4.302,0724	97
Piedade	1.271,8815	37
20 Mil	896,4701	36
Morro das Neves	832,9717	24
Santa Tereza I	2.373,4509	55
Principado do Carmo	5.976,6374	97
Santo Onofre	2.492,7346	47
Tauari	3.410,1615	66
Santa Rita	943,3591	26
Barro Alto	1.802,3668	32
Renascer	2.186,8624	82
Pirarucu I	1.913,2289	35
TOTAL	29.985,4636	687

Fonte: Atos de homologação

4.3.2.3 Ação 4320 - Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização – Terra Sol

Esta ação não foi contemplada com meta física e nem com recursos orçamentários para o exercício de 2010.

4.3.2.4 Ação 4358 - Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em projetos de Assentamento

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Transferir o domínio, em caráter provisório ou definitivo, de imóveis rurais em áreas de projetos de assentamento para beneficiários da reforma agrária e a entidades públicas ou privadas.

Descrição: a) Conceder documentação às famílias assentadas, a título provisório (concessão de uso) ou definitivo (título de domínio) e às entidades públicas ou privadas, na forma de doação, cessão ou concessão de uso; b) Realização de vistorias periódicas para verificação do cumprimento das cláusulas contratuais; c) Realização de procedimentos técnicos, administrativos e jurídicos para

retomada das parcelas e reversão do domínio ao INCRA, visando sua redestinação; d) Realização de procedimentos para destinação de áreas remanescentes dos projetos na forma da Lei.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ricardo França.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXVII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4358

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	137	4358	A	3	Documento de Titulação Expedido	1.036	3.441	332,14	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XXVIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4358

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
150.238,00	210.239,00	195.821,51	93,14	191.747,89	91,20	191.020,44	90,86

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela XXVIII, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 210.239,00 (duzentos e dez mil, duzentos e trinta e nove reais), o que representa 139,94% do valor inicialmente programado. Foram empenhados R\$ 195.821,51 (cento e noventa e cinco mil, oitocentos e vinte um reais e cinqüenta e um centavos) dos quais foram pagos R\$ 191.020,44 (cento e noventa e um mil, vinte reais e quarenta e quatro centavos), o que representa 90,86% de execução orçamentária.

A meta física programada para o exercício era expedição de 1.036 (um mil e trinta e seis) documentos de titulação, todavia foram expedidos 3.441 (três mil quatrocentos e quarenta e um) documentos - Contrato de Concessão de Uso – CCU -, representando uma execução física de 332,14%.

É importante registrar que o Contrato de Concessão de Uso é condição essencial para a execução de várias ações como aplicação de Crédito Instalação e liberação da declaração de aptidão (DAP) de acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF. Dessa maneira há uma considerável execução tanto em termos físicos quanto financeiros.

No decorrer do exercício, a ação comportou a execução de procedimentos da Instrução Normativa nº 47, de 16/9/2008, que estabelece diretrizes para supervisão da situação ocupacional em projetos de reforma agrária, retomada de parcelas ocupadas irregularmente e sua destinação para assentamento de agricultores, que são demonstrados na planilha abaixo:

Tabela XXIX Atividades NE 47

Atividades	Nº
Vistoria Ocupacional	1.634
Retomada Judicial	4
Processo Judicial	6
Títulos Cancelados	122
Notificações de Ocupações Irregulares	330
Processos de Retomada Julgados	31

Fonte: Balanço das ações da SR (26)/D

4.3.2.5 Ação 10YN - Consolidação e Emancipação de Assentamentos da Reforma Agrária

Esta ação não foi contemplada com meta física e nem com recursos orçamentários para o exercício de 2010.

4.3.2.6 Ação 2B06 - Manejo de Recursos Naturais em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Implantar projetos de manejo, recuperação, conservação e monitoramento do uso de Recursos Naturais, visando a recuperação ambiental de áreas protegidas por regramento jurídico e a promoção da gestão ambiental e o manejo florestal em projetos de assentamentos da reforma agrária.

Descrição: Implantação de projetos de recuperação das áreas de preservação permanente (APP) e de reserva legal; realização de práticas tecnológicas que visem à recuperação dos solos; cumprimento das condicionantes definidas pelos órgãos ambientais competentes, no âmbito do licenciamento ambiental, no que se refere à conservação de áreas protegidas por regras jurídicas; estimular a implementação do manejo florestal sustentável e do manejo de fauna como atividade produtiva básica ou complementar dos assentamentos; sensibilização e capacitação dos assentados quanto à importância da conservação e/ou recuperação de áreas degradadas e/ou protegidas; monitorar a utilização dos recursos naturais nos assentamentos; realizar materialização (demarcação/cercamento) das Áreas de Reserva.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Celso Lisboa de Lacerda

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/ Divisão de Obtenção de Terras

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2B06

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	137	2B06	A	3	Unidade Familiar Atendida	8	0	0	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XXXI Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ Ação 2B06

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
23.298,00	20.168,10	17.835,82	88,44	16.745,82	83,03	16.745,82	83,03

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela XXXI, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário de R\$ 20.168,10 (vinte mil, cento e sessenta e oito reais e dez centavos), o que representa 86,57% do valor inicialmente programado. Foram empenhados R\$ 17.835,82 (dezessete mil, oitocentos e trinta e cinco reais e oitenta e dois centavos) dos quais foram pagos R\$ 16.745,82 (dezesseis mil, setecentos e quarenta cinco reais e oitenta e dois centavos), o que representa 12,61% de execução orçamentária.

A execução da ação fica vinculada ao licenciamento ambiental, em regra. Isto é, as condicionantes estabelecidas nos procedimentos de licenciamento, como recuperação de áreas ambientalmente degradadas, por exemplo, deverão utilizar os recursos desta ação para implementação.

Informa-se que no decorrer do exercício a ação viabilizou a fiscalização em projetos de assentamentos visando a constatação de práticas de ilícitos ambientais, que chegaram ao conhecimento da Regional por meio de denúncias. Também, os recursos viabilizaram acompanhamento e fiscalização do convênio 37.000/2008 firmado com o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (RURALTINS) para recuperação de áreas degradadas em 05 (cinco) Projetos de Assentamento, compreendendo 225 (duzentos e vinte e cinco) unidades familiares de produção. Abaixo, segue o detalhamento dos Projetos de Assentamentos atendido pela referido convênio.

Tabela XXXII Projetos de Assentamentos Atendidos pela Ação 2B06

PA	Município	Famílias
Toledo II	Pium	29
Araguaia	Caseara	55
Sta. Terezinha	Dueré	35
Barranco do Mundo	Pium	56
Floresta	Pium	50
TOTAL		225

Fonte: Convênio 37.000/2008

4.3.2.7 Ação 0427 - Concessão de Crédito-Instalação às Famílias Assentadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Operações Especiais.

Finalidade: Dar condições iniciais de subsistência e sustentabilidade às famílias assentadas pelo INCRA por meio da concessão de crédito, em suas várias modalidades.

Descrição: Concessão de crédito individual aos assentados e assentadas da reforma agrária, para auxiliar na construção e recuperação de unidades habitacionais, segurança alimentar e atividades produtivas, sendo a aplicação, preferencialmente, na forma coletiva; Concessão de crédito adicional que vise proporcionar a segurança hídrica às famílias localizadas na região do Semi-Árido Brasileiro.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XXXIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 0427

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	137	0427	OP	3	Família Atendida	2.066	2.427	117,47	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XXXIV Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 0427

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
14.607.019,00	25.727.600,00	25.621.200,00	99,59	5.810.600,00	22,59	5.810.600,00	22,59

Fonte: PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela XXXIV, foram provisionados nesta Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 25.727.600,00 (vinte e cinco milhões, setecentos e vinte e sete mil e seiscentos reais), o que representa 176,13% do valor inicialmente programado. Foram empenhados R\$ 25.621.200,00 (vinte e cinco milhões, seiscentos e vinte um mil e duzentos reais) dos quais foram pagos R\$ 5.810.600,00 (cinco milhões oitocentos e dez mil e seiscentos reais) o que representa 22,59% de execução orçamentária. Abaixo, demonstra-se a execução orçamentária, exercício de 2010, por modalidade de crédito.

Tabela XXXV Execução Orçamentária Modalidade de Crédito

Modalidade	Provisões Recebidas	Valores Empenhados	Valores Pagos
Apoio Inicial	1.344.600,00	1.344.600,00	656.000,00
Fomento	1.596.000,00	1.489.600,00	737.600,00
Aquisição Material de Construção	9.525.000,00	9.525.000,00	2.700.000,00
Recuperação Material de Construção	13.262.000,00	13.262.000,00	1.717.000,00
TOTAL	25.727.600,00	25.621.200,00	5.810.600,00

Fonte: SIAFI

A meta física programada para o exercício de 2010 era atender 2.066 (dois mil e sessenta e seis) famílias com crédito instalação nas diversas modalidades, todavia foram atendidas 2.427 (dois mil quatrocentos e vinte e sete) famílias, representando uma execução física de 117,47%. Segue, abaixo, o detalhamento da execução física da ação.

Tabela XXXVI Crédito Instalação Aplicado¹⁰

Modalidade	Projeto	Famílias
Crédito Apoio Inicial	24	357
Crédito Aquisição de Materiais para Construção	35	368
Crédito Fomento	51	1.226
Crédito Recuperação	57	476
TOTAL	167	2.427

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XXXVII Crédito Instalação Disponibilizado¹¹

Modalidade	Projeto	Famílias
Apoio Inicial	10	205
Aquisição de Materiais para Construção	14	159
Fomento	12	199
Recuperação de Materiais de Construção	3	44
TOTAL	39	607

Fonte: Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Informa-se ainda que no exercício foram construídas 357 (trezentos e cinqüenta e sete) casas e reformadas 476 (quatrocentos e setenta e seis). Além disso, 423 (quatrocentos e vinte e três) famílias foram atendidas com complementação de crédito instalação na modalidade Recuperação de Material de Construção e 65 (sessenta e cinco) na modalidade Aquisição Material de Construção.

Conforme demonstrativo, abaixo, detalha-se a ação de acordo com aplicação do crédito em suas modalidades: Crédito Apoio Inicial, Recuperação Material de Construção, Aquisição Material de Construção e Fomento.

¹⁰ Credito instalação que cumpriu a sua finalidade.

¹¹ Recurso creditado na conta corrente das associações de assentamentos

Tabela XXXVIII Crédito Apoio Inicial Aplicado em 2010

PA	Município	Nº Famílias
Canoa	Riachinho	16
Paraíso	Araguaína	1
Maju	São Bento do TO	18
Nova União	Araguatins	74
Coruja	Araguaína	1
Macaúba	Pium	1
Força da Esperança	Monte do Carmo	4
Padre Josimo	Nova Rosalândia	3
Nova Canaã	Araguacema	47
Terra Vermelha	Monte do Carmo	5
Sítio	Palmas	22
Bom Jesus	Santa Rosa	9
Firmesa	Pindorama	9
Da Mata	Araguacema	43
Pa-Terra Prometida	Palmas	29
25 de Março	Divinópolis	25
Brejo do Campo	Abreulândia	16
São Francisco de Assis	Cristalândia	4
Virgínia	Cristalândia	2
Onalicio Barros	Caseara	8
Principado do Carmo	Monte do Carmo	20
TOTAL		357

Fonte: Planilha de acompanhamento de aplicação de crédito SR(26)/D

Tabela XXXIX Crédito Recuperação Material de Construção Aplicado em 2010

PA	Município	Nº Famílias
Pedra Branca	Guaraí	31
Palmeirinha	Divinópolis	2
Pé do Morro	Couto Magalhães	33
Caiapozinho	Divinópolis	17
Jacubinha	Natividade	11
Piracema	Marianópolis	16
União	Couto Magalhães	29
Califórnia	Caseara	22
Rio Prata	Divinópolis	26
Belenzinho	Couto Magalhães	31
Nossa Senhora Aparecida	Pequizeiro	5
Senhor do Bonfim	Couto Magalhães	17
Limeira	Xambioá	39
Casa do Morro	Riachinho	33
Oziel	Cachoeirinha	10
Dalila	Santa Fé do Araguaia	25
Sudam	Pau D'Arco	15
São Sebastião	Santa Fé do Araguaia	40
Colorado	Riachinho	46

Setecentos	Couto Magalhães	25
Consolação	Divinópolis	3
TOTAL		476

Fonte: Planilha de acompanhamento de aplicação de crédito SR(26)/D

Tabela XL Crédito Aquisição Material de Construção Aplicado em 2010

PA	Município	Nº Famílias
Alegria II	Pium	2
Paraíso	Araguaína	15
Pedra Branca	Guaraí	2
Onálio Barros	Caseara	29
Santa Rita II	Goianorte	1
Salomira	Dois Irmãos	63
Nova Canaã	Araguacema	24
Veredão	Palmas	29
Sítio	Palmas	8
Palmares	Araguatins	31
Nova União	Araguatins	10
Bom Jesus	Santa Rosa	4
Lago Verde	Santa Rita	4
Malhada da Pedra	Monte do Carmo	10
São Bento I	Monte do Carmo	1
Pindorama I	Pindorama	15
Firmesa I	Pindorama	16
Vale do Bananal	Couto	15
Santa Tereza I	Ponte Alta	11
Virgínia	Cristalândia	10
Nova Canaã II	Talismã	5
Canoa	Riachinho	33
São Francisco de Assis	Cristalândia	30
TOTAL		368

Fonte: Planilha de acompanhamento de aplicação de crédito SR(26)/D

Tabela XLI Crédito Fomento Aplicado em 2010

PA	Município	Nº Famílias
Mata Azul I	Pequizeiro	100
Bacuri I	Sítio Novo	31
Bacuri II	Sítio Novo	29
Mártires da Terra	São Bento	43
Pindorama I	Pindorama	29
Palmares	Araguatins	49
20 Mil	Augustinópolis	4
Santa Helena II	Araguatins	4
Che Guevara	Goianorte	30
Vale do Barreiras	Juarina	35
Bom Jesus	Santa Rosa	51
Malhada da Pedra	Monte do Carmo	56
Terra Vermelha	Monte do Carmo	30
Força da Esperança	Monte do Carmo	39
Pindorama	Pindorama	29
Vargem Dourada	Abreulândia	8
Lago Verde	Santa Rita do TO	12
São Francisco de Assis	Cristalândia	50
Virgínia	Cristalândia	32
Salomira	Dois Irmãos	54
Onalicio Barros	Caseara	54
Santa Rita II	Goianorte	44
Estrela do Araguaia	Araguacema	11
Carajás	Santa Rosa	11
Bom Sucesso	Porto Nacional	3
Padre Josimo	Nova Rosalândia	3
Firmesa I	Pindorma	29
Campo da Missa	Couto Magalhães	32
Vale do Bananal	Couto Magalhães	4
Nova Canaã	Araguacema	103
Sítio	Palmas	52
São Bento I	Monte do Carmo	48
Nova Canaã II	Talismã	9
Santo Onofre	Ponte Alta do TO	41
Santa Tereza I	Ponte Alta do TO	47
Muricizal	Santa Fé do Araguaia	20
Total		1.226

Fonte: Planilha de acompanhamento de aplicação de crédito SR(26)/D

4.3.2.8 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XLII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	137	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XLIII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
485.850,34	1.097.556,12	1.060.869,90	96,66	829.833,18	75,61	829.833,18	75,61

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela XLIII, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário de R\$ 1.097.556,12 (um milhão, noventa e sete mil, quinhentos e cinqüenta e seis reais e doze centavos), o que representa 225,90 % do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 1.060.869,90 (um milhão, sessenta mil, oitocentos e sessenta e nove reais e noventa centavos) dos quais foram pagos R\$ 829.833,16 (oitocentos e vinte e nove mil, oitocentos e trinta e três reais e dezoito centavos), o que representa 75,61% de execução orçamentária.

Informa-se que os recursos consignados, pelo órgão central, inicialmente na Programação Operacional foram insuficientes para o atendimento das demandas do programa, sendo que no decorrer do exercício ocorreram suplementações, necessárias ao pagamento de despesas como: diárias

a servidores, passageiros, serviços de terceiros, material de consumo e aquisição de material permanente (mobiliários, nobreaks e ar condicionado).

4.3.3 - Programa 0138 – Gerenciamento da Estrutura Fundiária e Destinação de Terras Públicas

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo

Objetivos Específicos: Conhecer a efetiva distribuição, concentração, regime de domínio, posse e uso da terra, bem como assegurar a gestão fundiária nas terras públicas e incorporar as terras federais à reforma agrária.

Gerente do programa: Richard Martins Torsiano/. José Raimundo Sepeda

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eleusa Maria Gutemberg /João José de Sousa Cruz

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Destinação de Terra Pública (%) e Taxa de Ocupação Territorial Aparente (%)

Público-alvo (beneficiários): Detentores a qualquer título de imóveis rurais, nacional e estrangeiro, serviços registrais de imóveis, profissionais e entidades envolvidas com a questão agrária e agrícola.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹²

Principais Ações do Programa

4.3.3.1 Ação 2105 - Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Auferir qualidade e funcionalidades à organização do cadastro de imóveis rurais, tanto de particulares quanto de públicos, com vistas a melhor conhecer a estrutura fundiária e certificar os imóveis rurais para fins de: registro imobiliário; de controle de aquisição de terras por estrangeiro; de controle de limite mínimo de parcelamento de imóvel rural e de identificação daqueles passíveis de ações de reforma agrária, bem como os flagrados com trabalho escravo pelos órgãos públicos competentes. Modelar e implementar o Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos - SGBD, de forma a permitir o conhecimento da malha fundiária, do uso e cobertura do solo do país.

Descrição: a) Captação, análise e crítica aos dados literais dos imóveis rurais, certificando sua regularidade e informações sobre detenção e uso temporário apresentado por iniciativa do detentor, ação de recadastramento ou levantamento in loco (vistoria de fiscalização);

b) inserção em sistema informatizado que permite a classificação fundiária do imóvel rural, a emissão de Certificado de Cadastro de Imóveis Rurais - CCIR, lançamento, cobrança e controle da arrecadação da Taxa de Serviços Cadastrais e intercâmbio de informações entre o INCRA e os Serviços Registrais;

¹² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

c) qualificação dos representantes das Unidades Municipais de Cadastramento - UMC, localizadas em todas as prefeituras municipais do país;

d) fonte de informações para os estudos no estabelecimento dos índices de rendimento de produtos vegetais, extrativos florestais e para a pecuária, no cálculo do Grau de Utilização da Terra - GUT e Grau de Eficiência na Exploração - GEE, e na fixação do Módulo Fiscal Municipal, base para a classificação dos imóveis quanto à produtividade e tamanho;

e) produção de dados do Plano Geral de Estatísticas - PGE;

f) geração de informação que subsidiem políticas agrárias, agrícolas e de controle social; e

g) base das informações para o controle e registro das aquisições de imóveis rurais por estrangeiros.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Luciméri Selivon

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XLIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2105

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	125	138	2105	A	4	Imóvel Gerenciado	8.000	5.735	67,19	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XLV Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na ação 2105

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
72.000,00	72.000,00	46.205,30	64,17	46.205,30	64,17	46.205,30	64,17

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela XLV, foram provisionados crédito orçamentário no montante de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais), o que representa 100% do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 46.205,30 (quarenta e seis mil, duzentos e cinco reais e trinta centavos) dos quais foram pagos R\$ 46.205,30 (quarenta e seis mil, duzentos e cinco reais e trinta centavos) o que representa 64,17% de execução orçamentária.

A meta física programada para o exercício de 2010 era de gerenciar 8.000 (oito mil) imóveis, contudo, foram gerenciados 5.735 (cinco mil setecentos e trinta e cinco), o que representa 67,17% da meta física, conforme descrição da Tabela XLIV.

É importante ressaltar que, para efeito de execução da meta, considera-se imóvel gerenciado aquele que sofreu algum tipo de atualização de dados no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, porém qualquer tipo de atualização depende da solicitação dos interessados (proprietários, arrendatários, detentores de posse entre outros) uma vez que os dados a serem alterados são declaratórios. Dessa maneira, a execução da meta fica condicionada ao comparecimento dos

interessados ao INCRA/TO ou às Unidades Municipais de Cadastramento – UMC's. Abaixo, demonstramos o rol de atividades executadas no exercício que compõem a ação.

Tabela XLVI Atividades Serviço de Cadastro Rural

Atividades	Quantidade
Atualização Cadastral	5.735
Emissão de CCIR	49.881
Processos de Fiscalização Cadastral	25
Processos de Aquisição por Estrangeiros Formalizados	8
Análise Cadastral em Processos de Certificação	1.768
Capacitação de Unidade Municipal de Cadastro	10
Servidores Capacitados em temas do Cadastro Rural	5
Monitorias de Unidade Municipal de Cadastro	4
Acordos de Cooperação Técnica Formalizados	4

Fonte: Planilha de atividades SR(26)/F/Serviço de cadastro rural.

4.3.3.2 Ação 2114 - Sistema de Cadastro Rural

Esta ação é realizada exclusivamente pelo INCRA/SEDE.

4.3.3.3 Ação 4426 - Georreferenciamento da Malha Fundiária Nacional

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Localizar geograficamente os imóveis rurais públicos e privados de áreas predeterminadas, identificando seus limites, uso e aptidão, incorporando dados gráficos ao Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR, melhorando a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliação da Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC. Reestruturação e ampliação dos Comitês Regionais de Certificação. Padronizar e Sistematizar a coleta de dados espaciais, bem como o fluxo destes entre as Superintendências Regionais e a Sede do INCRA. Integrar as informações georreferenciadas com serviços de Registro Imobiliários e demais Entes Públicos. Efetuar o Georreferenciamento das áreas públicas com seus limites referenciados ao Sistema Geodésico Brasileiro, conforme previsto na Lei 10.267 de 2001.

Descrição: Localização geográfica dos limites e uso da terra dos imóveis rurais, através de levantamento de campo, com auxílio de tecnologia de posicionamento global (GPS) e Sensoriamento Remoto, constituindo o Sistema

de Informações Geográficas - SIG Corporativo do INCRA, melhorando assim, a qualidade e consistência das informações cadastrais. Ampliar a Rede Geodésica Ativa - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS e Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo do IBGE - RIBAC/RBMC.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Edaldo Gomes/José Gonçalves Filho

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária/ Divisão de Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela XLVII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4426

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	138	4426	A	4	Área Georreferenciada (ha)	64.989,00	0	0,00	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela XLVIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4426

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
885.743,00	367.401,00	326.308,47	88,82	317.963,42	86,54	317.507,25	86,42

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela XLVIII, foram provisionados nesta Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 367.401,00 (trezentos e sessenta e sete mil, quatrocentos e um reais), o que representa 41,48% do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 326.308,47 (trezentos e vinte e seis mil, trezentos e oito reais e quarenta e sete centavos) dos quais foram pagos R\$ 317.507,25 (trezentos e dezessete mil, quinhentos sete reais e vinte e cinco centavos), o que representa 86,42% de execução orçamentária.

A ação é executada pela Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária, no que se relaciona a certificação de peças técnicas de imóveis rurais (áreas particulares), Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal /Divisão Estadual Regularização Fundiária na Amazônia Legal a qual realiza os contratos de georreferenciamento de imóveis rurais localizados em áreas públicas federais para fins de regularização fundiária, sendo que apenas esse tipo de atividade que é contabilizada para efeito de execução da meta física. No demonstrativo abaixo, detalha-se a homologação, pelo Serviço de Cartografia dessa Regional, de serviços de georreferenciamento contratados em exercícios anteriores.

Tabela XLIX Serviços de Georreferenciamento Homologados

Gleba	Hectares	Parcelas
Cachoerinha	1.770,9713	10
Loteamento Serra do Taquarussu	10.201,7431	54
Tupirama	13.539,7463	77
Anajá	30.077,0110	112
Santana	1.729,3315	10
TOTAL	57.318,8032	263

Fonte: Atos de homologação.

Com relação às ações de certificação, informa-se que em 2010 foram abertos 1.298 processos, sendo certificados 428 processos. Abaixo detalha-se a atividade no exercício.

Tabela L Certificação de Imóveis Rurais em 2010

Mês	Processos Repcionados		Processos Certificados	
	Imóveis	Área (há)	Imóveis	Área
Janeiro	66	108.615,59	6	9.425,43
Fevereiro	88	120.765,33	8	11.207,78
Março	97	134.421,50	22	32.519,49
Abril	120	159.400,69	29	54.242,56
Maio	57	80.329,10	13	228.181,21
Junho	55	90.584,25	27	37.002,46
Julho	188	298.738,82	8	11.296,53
Agosto	93	130.268,89	16	31.012,96
Setembro	209	236.961,83	24	29.711,28
Outubro	105	125.801,50	45	53.345,65
Novembro	113	141.520,64	51	97.803,17
Dezembro	107	80.901,33	179	255.146,24
TOTAL	1.298	1.708.309,47	428	850.894,75

Fonte: Planilha de acompanhamento SR(26)/F

Os processos de certificação são analisados pelo Setor de Cadastro Rural (análise da cadeia dominial) e Setor de Cartografia (análise das peças técnicas). O primeiro setor analisou todos os processos de requerimento de certificação protocolizados nesta Superintendência até a primeira quinzena de novembro de 2010. Já o Setor de Cartografia analisou todos os processos protocolizados em 2009 e processos com prioridade (ordem judicial, idoso, doença grave e interesse social) do ano de

2010, analisou ainda processos de anos anteriores (2006, 2007 e 2008) com pendências sanadas pelos interessados. Frisa-se que ambos os Setores realizaram inúmeras reanálises.

Ressalta-se que encerramos o exercício de 2010 com, aproximadamente, 739 processos com pendências. A demanda de requerimentos de certificação das peças técnicas é crescente. Devido ao número reduzido de servidores habilitados para análise de tais processos (dois em cada Setor) a Regional não consegue prestar o serviço a contento. No intuito de aumentar o número de processos analisados ocorreu um mutirão, no qual foram convocados servidores das Unidades Avançadas e também de outras Superintendências Regionais, implicando em gastos significativos com diárias. O mutirão aconteceu nos meses de outubro a dezembro, período com maior quantitativo de certificados.

4.3.3.4 Ação 2110 - Regularização Fundiária de Imóveis Rurais

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Regularizar a situação jurídica de posseiros e populações tradicionais com expedição de títulos de domínio ou concessão de direito real de uso incluindo a ratificação de títulos já emitidos, objetivando o ordenamento fundiário.

Descrição: Análise conclusiva de processos administrativos de regularização fundiária de imóveis rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: José Raimundo Sepeda

Unidades executoras: Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal / Divisão Estadual Regularização Fundiária na Amazônia Legal.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2110

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	138	2110	A	3	Área regularizada (ha)	1.264	30	2,37	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela LII Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2110

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
533.668,00	50.000,00	10.000,00	20,00	10.000,00	20,00	10.000,00	20,00

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela LII, no exercício de 2010, foram provisionados nesta Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), o que representa 9,37% do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e pagos igual quantia, o que representa 20,00% de execução orçamentária.

Os recursos executados na ação foram utilizados para atender o acompanhamento e fiscalização dos trabalhos de campo, objeto do contrato 11.300/2009, prestação de serviços topográficos (medição, demarcação e confecção de planta e memorial descritivo georreferenciado em 3.167 (três mil cento e sessenta e sete) ocupações, firmado pela Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal/SRFA e a empresa RHS De Paula e Cia Ltda, cabendo à Divisão Estadual de Regularização Fundiária apenas as ações de acompanhamento e fiscalização.

A execução dessa ação visa regularizar a situação jurídica de posseiros com expedição de título de domínio ou concessão de direito real de uso, incluindo a ratificação de títulos já emitidos. Para melhor compreensão da operacionalização da ação é fundamental explicar que inicialmente é realizado o cadastramento dos ocupantes de terras públicas, após se realiza o georreferenciamento das áreas a serem tituladas, bem como do perímetro das glebas federais das quais serão destacadas as áreas regularizadas.



A meta física programada para o exercício de 2010 era regularizar 1.264 (um mil duzentos e sessenta e quatro) posses, todavia foram regularizadas 30 (trinta) o que representa 2,37% da meta física. Abaixo, detalhamos a relação dos imóveis regularizados no exercício.

Tabela LIII Imóveis Regularizados em 2010

Imóvel	Processo	Área (há)	Gleba	Município
Chácara Sagrada Família	56425.000183/2009-73	26,93	Tupirama	Guaraí
Fazenda Barracão	56425.000179/2009-13	125,77	Tupirama	Guaraí
Fazenda Nova	56425.000234/2009-67	41,28	Tupirama	Guaraí
Fazenda Brejinho	56425.000029/2009-00	158,98	Tupirama	Guaraí
Chácara Terra de Canaã	56425.000167/2009-81	51,82	Tupirama	Guaraí
Fazenda Novo Acordo	56425.000231/2009-23	25,77	Tupirama	Guaraí
Fazenda Bela Vista	56425.000138/2009-19	242,24	Tupirama	Guaraí
Fazenda Sucuri	56425.000185/2009-62	24,82	Tupirama	Guaraí
Chácara Por do Sol	56425.000010/2009-55	32,15	Tupirama	Guaraí
Sitio Novo	56425.000136/2009-20	7,75	Tupirama	Guaraí
Chácara Santa Terezinha	56425.000239/2009-90	13,79	Tupirama	Guaraí
Fazenda Cabeceira da Estiva	56425.000129/2009-28	178,63	Tupirama	Guaraí
Chácara Nossa Senhora Aparecida	56425.000040/2009-61	49,45	Tupirama	Guaraí
Fazenda Estância Colorada	56425.001640/2010-81	266,74	Tupirama	Guaraí
Chácara Três Letras	56425.000153/2009-67	37,45	Tupirama	Guaraí
Fazenda Nova	56425.000281/2009-19	52,19	Tupirama	Guaraí
Fazenda Morena	56425.000332/2009-02	91,15	Tupirama	Guaraí
Fazenda Manã	56425.000343/2009-84	171,04	Tupirama	Guaraí
Fazenda Campo Grande	56425.000121/2009-61	143,11	Tupirama	Guaraí
Fazenda Buritirana	56425.000084/2009-91	43,26	Tupirama	Guaraí
Fazenda Lajinha	56425.000020/2009-91	46,92	Tupirama	Guaraí
Fazenda Conquista	56425.000018/2009-11	129,97	Tupirama	Guaraí
Fazenda Maragatos	56425.000077/2009-90	674,75	Tupirama	Guaraí

Chácara São Bento	56425.000104/2009-24	39,42	Tupirama	Guaraí
Fazenda Olho D'Água	56425.000003/2009-53	396,12	Tupirama	Guaraí
Fazenda Paraná	56425.001638/2010-10	62,37	Tupirama	Guaraí
Fazenda Boa Sorte	56425.000120/2009-17	124,59	Tupirama	Guaraí
Chácara Recanto	56425.000017/2009-77	13,73	Tupirama	Guaraí
Fazenda Água Preta	56425.000293/2009-35	396,31	Tupirama	Guaraí
Chácara Sorriso	56425.000054/2009-85	17,70	Tupirama	Guaraí
TOTAL		3.686,21		

Fonte: Relatório SISTERLEG (17/02/2011)

A execução física da ação passa por várias etapas, como seleção e diagnóstico de glebas, no qual a escolha deve sempre privilegiar aquelas com maior potencial de ocupações públicas a serem destinadas; cadastramento das ocupações, envolvendo mobilizações que precedem os cadastramentos realizados nas cidades, povoado e interior das glebas trabalhadas; georreferenciamento tanto do perímetro quanto dos lotes que serão destinados dentro das respectivas glebas; certificação e registro em cartório das glebas trabalhadas. Dessa maneira, esclarece-se que dificilmente a finalização dos trabalhos da ação dar-se-á dentro de um exercício financeiro. Outrossim, informamos que os trabalhos iniciados no exercício de 2010 produzirão respostas positivas nas metas de 2011 com relação à titulação definitiva, sob cláusulas resolutivas.

4.3.3.5 Ação 8380 - Retomada de Terras Públicas

Não houve Execução Física/Financeira da ação no exercício de 2010, uma vez que não há processos abertos de retomada de terras públicas no âmbito da SR26/TO

4.3.3.6 Ação 8378 - Ações Preparatórias para Destinação de Terras Públicas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Diagnosticar e destinar as terras públicas a serem regularizadas.

Descrição. Levantamento do ambiente natural, socioeconômico e cultural e elaboração do anteprojeto de destinação das glebas ou sub-glebas públicas federais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: José Raimundo Sepeda

Unidades executoras: Superintendência Nacional de Regularização Fundiária na Amazônia Legal/Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8378

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	127	138	8378	A	3	Área diagnosticada destinada (ha)	110.000,00	242.243,84	220,22	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela LV Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8378

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
368.000,00	453.956,00	413.755,46	91,14	404.437,40	89,09	404.437,40	89,09

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela LV, no exercício de 2010, foram provisionados nesta Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 453.956,00 (quatrocentos e trinta e cinco mil, novecentos e cinqüenta e seis reais), o que representa 123,36% do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 413.755,46 (quatrocentos e treze mil, setecentos e cinqüenta e cinco reais e quarenta e seis centavos) dos quais foram pagos R\$ 404.437,40 (quatrocentos e quatro mil, quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta centavos), o que representa 89,09% de execução orçamentária.

A ação de cadastramento, conforme a Lei Nº 11.952, de 25/06/2009, que dispõe sobre a Regularização Fundiária de Áreas da União na Amazônia Legal, é a primeira fase do processo de regularização fundiária e tem como finalidade a identificação e localização dos posseiros que ocupam terras públicas federais rurais e urbanas.

A meta física programada para o exercício de 2010 era diagnosticar (cadastrar) 110.000,00 ha (cento e dez mil hectares), contudo a totalidade dos cadastros do exercício foram 242.243,84 (duzentos e quarenta e dois mil, duzentos e quarenta e três hectares e oitenta e quatro ares) hectares representando 220,22% da meta física.

Os dados coletados nas ações de cadastramento fornecerão subsídios para a realização dos projetos básicos e a contratação dos serviços de georreferenciamento. Abaixo, demonstra-se o número de cadastros inclusos no SISTERLEG.

Tabela LVI Cadastro de Posses em 2010

Mês	Nº de Imóveis	Hectares
Fevereiro	11	1.987,65
Março	549	63.006,59
Abril	72	6.035,08
Maio	263	24.139,16
Junho	147	20.852,11
Julho	112	23.651,73

Agosto	198	33.229,41
Setembro	112	18.581,41
Outubro	60	15.958,79
Novembro	29	4.945,58
Dezembro	259	29.856,36
TOTAL	1.812	242.243,86

Fonte: Planilha de acompanhamento SRFA

Esclarece-se que recursos executados na ação foram para atender atividades de campo como: mobilização, identificação e localização das pessoas que ocupam terras públicas, e no deslocamento servidores de unidades avançadas para a Sede da Superintendência Regional.

4.3.3.7 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Richard Martins Torsiano/José Raimundo Sepeda

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins / Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LVII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	138	2272	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2008-2011 e PO/2010.

Tabela LVIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
207.612,00	534.862,36	472.274,20	88,30	315.586,30	59,00	315.586,30	59,00

Fonte: SIAFI, PO/2010.

Conforme Tabela LVIII, no exercício de 2010, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 534.862,36 (quinhentos e trinta e quatro mil, oitocentos e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos), o que representa 257,63% do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 472.274,20 (quatrocentos e setenta e dois mil, duzentos e setenta e quatro reais e vinte centavos) dos quais foram pagos R\$ 315.586,30 (trezentos e quinze mil quinhentos e oitenta e seis reais e trinta centavos), o que representa 59,00% de execução orçamentária.

Informamos que os recursos executados na ação foram utilizados no acompanhamento e fiscalização da execução das Ações do Programa 138, principalmente nas ações de execução da SRFA-09, tais como: pagamento de diárias a servidores, passagens e locomoções, serviços de terceiros, pessoa jurídica, material de consumo e aquisição de material permanente (veículos para atendimento das ações da Divisão Estadual de Regularização Fundiária na Amazônia Legal).

4.3.4 Programa 0139 – Gestão da Política de Desenvolvimento Agrário

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso a terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de desenvolvimento agrário.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Berenice Kran de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: não tem.

Público-alvo: Servidores.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo¹³

Principais Ações do Programa

4.3.4.1 Ação 4572 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.

Descrição: Treinamento, qualificação e requalificação de servidores, buscando a manutenção dos padrões de qualidade do serviço público.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Ronaldo Alves de Souza.

Unidades executoras: Superintendencia Regional do Tocantins/Divisão de Administração

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LIX Execução Física das ações realizadas pela UJ na ação 4572

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	128	139	4572	A	4	Servidor Capacitado	95	48	50,53	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

¹³ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Tabela LX Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4572

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
89.965,00	96.467,70	91.827,28	95,19	80.032,42	87,16	80.032,42	87,16

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela LX, no exercício de 2010, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 96.467,70 (noventa e seis mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e setenta centavos), o que representa 107,228% do valor consignado na Programação Operacional. Foram empenhados R\$ 91.287,28 (noventa e um mil duzentos e oitenta e sete reais e vinte e oito centavos), dos quais foram pagos R\$ 80.032,42 (oitenta e mil, trinta e dois reais e quarenta e dois centavos), o que representa 87,16% de execução orçamentária.

A meta física programada para o exercício era capacitar 95 (noventa e cinco) servidores, contudo foram capacitados 48 (quarenta e oito) o que representa execução física de 49,47%. Abaixo, apresentamos o detalhamento físico da ação.

Do quantitativo dos servidores capacitados 27 (vinte e sete) foram formalizados pelo Serviço de Recursos Humanos desta Regional, abaixo demonstramos a capacitação realizadas pela Regional.

Tabela LXI Capacitações SR26/TO 2010

Curso	Local	Carga Horária (horas)	Quantidade de Servidores
Análise de Pontos de Função e Práticas de Medição	Palmas-TO	16	2
Pós-Graduação em Direito Público	Palmas-TO	390	3
Práticas de Cerimonial,Protocolo e Organização de Eventos na Administração Pública	Fortaleza-CE	18	1
Como Elaborar Projetos Básicos e Termos de Referência Para Compras e Serviços	Palmas-TO	16	13
Curso Prático de Fiscalização de Contratos	Rio de Janeiro-RJ	24	3
Seminário Nacional Sobre Alteração de Contratos Administrativos	Palmas-TO	16	4
ITIL V - Conceitos e Preparatório Foundation ¹⁴	São Paulo-SP	16	1
TOTAL		496	27

Fonte: Processos de capacitação

Outros 21 (vinte e um) servidores participaram de capacitações – cursos, congressos, seminários e fóruns organizados pelo INCRA/SEDE. Esclarece-se que os recursos (diárias e passagens) para essas capacitações foram descentralizados a esta Superintendência Regional.

¹⁴ Gestão de serviços na área de tecnologia da informação.

4.3.5 Programa 1120 – Paz no Campo

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Universalizar os direitos, paz, qualidade de vida e justiça social no meio rural.

Objetivos Específicos: Reduzir a violência no campo com mecanismos de prevenção e mediação de conflitos agrários e garantia dos direitos humanos.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Edvaldo Soares de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Assassinatos decorrentes de conflitos agrários (unidade)

Público-alvo (beneficiários): Famílias no campo nas condições de acampados, assentados, agricultores familiares, as comunidades indígenas, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas e garimpeiras, e os trabalhadores atingidos por barragens.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁵

Principais Ações do Programa

4.3.5.1 Ação 2109 - Assistência Social, Técnica e Jurídica às Famílias Acampadas

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Ação orçamentária

Finalidade: Articular junto à Ouvidoria Agrária Nacional e as diferentes esferas governamentais e não-governamentais, o atendimento das demandas das famílias acampadas, incluindo-se as vítimas de trabalho escravo, minimizando o impacto das dificuldades enfrentadas, contribuindo para a garantia dos direitos humanos e iniciando um processo de informação e formação para a inclusão social e produtiva dessas famílias.

Descrição: a) apoio jurídico às famílias acampadas com o objetivo de garantir o respeito aos direitos humanos, ao facilitar seus acesso a serviços advocatícios e de expedição de documentos; b) apoio jurídico, social e psicológico aos vitimizados pela escravidão; c) apoio técnico às famílias acampadas visando a capacitação técnica para a produção agrícola; e d) apoio social às famílias acampadas, visando melhoria das condições de vida e da segurança alimentar, por meio da atenção médica-psicologica e logística para as famílias despejadas ou vítimas de violências no campo.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Nilton Bezerra Guedes

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Obtenção e Implantação de Projetos de Assentamentos/Ouvidoria Agrária do Tocantins.

¹⁵ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2109

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	631	1120	2109	A	4	Família Acampada Assistida	275	5.135	1.867,27	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011)..

Tabela LXIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2109

PO 2010		Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)		
30.750,00	99.074,00	94.161,56	95,04	87.961,56	88,78	87.961,56	88,78		

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme Tabela LXIII, foram provisionados crédito orçamentário de R\$ 99.074,00 (noventa e nove mil e setenta e quatro reais), que representa 322,19% do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 94.161,56 (noventa e quatro mil, cento e sessenta e um reais e cinqüenta e seis centavos), dos quais pagos R\$ 87.961,56 (oitenta e sete mil, novecentos e sessenta e um reais e cinqüenta e seis centavos), o que representa 88,78% de execução orçamentária.

A meta física programada era atender a 275 (duzentos e setenta e cinco) famílias, contudo foram assistidas 5.135 (cinco mil cento e trinta e cinco), o que representa execução física de 1.867,27%, conforme Tabela LXII.

A maior parte dos recursos executado na ação foi para atender 5.135 (cinco mil cento e trinta e cinco) famílias de trabalhadores rurais, em situação de insegurança alimentar, localizadas em acampamentos, comunidades quilombolas e projetos recém-criados - antes da aplicação do crédito instalação na modalidade apoio inicial - com a distribuição de 8.135 (oito mil cento e trinta e cinco) cestas básicas.

Registra-se que a atividade é resultado de parceria entre o Ministério do Desenvolvimento Social/MDS, Ministério do Desenvolvimento Agrário/MDA, Companhia Nacional de Abastecimento/CONAB e INCRA, cabendo a essa autarquia a responsabilidade de distribuir cestas básicas às famílias.

Informa-se ainda que, devido às recentes situações de conflitos agrários no Estado, foi criada a Ouvidoria Agrária Regional do Tocantins/OAR-TO, a fim de desenvolver ações de prevenção e mediação de conflitos; receber, processar e oferecer encaminhamento às denúncias sobre violência no campo, irregularidades no processo de reforma agrária e desrespeito aos direitos humanos e sociais das partes envolvidas nos conflitos agrários.

Os trabalhos são desenvolvidos em parcerias com os movimentos sociais. No ano de 2010, foram realizadas atividades, tais como: audiências, palestras, reuniões com movimentos sociais, órgãos governamentais, além de deslocamento a campo a fim de verificar, acompanhar e dirimir denúncias formalizadas nesta Regional. Apesar dos problemas enfrentados - falta de pessoal, recursos e logística - consideramos que a OAR-TO cumpriu de forma satisfatória suas atribuições.

4.3.6 Programa 1433 – Cidadania e Efetivação dos Direitos das Mulheres

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Contribuir para o pleno exercício da cidadania e para a garantia do acesso das mulheres aos direitos sociais e econômicos, visando à redução das desigualdades e discriminações na perspectiva de gênero.

Objetivos Específicos: Reduzir as desigualdades entre homens e mulheres e promover uma cultura não-discriminatória por meio da incorporação da perspectiva de gênero na formulação, implementação e avaliação de políticas públicas em todos os níveis de governo.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ismael Gomes Marinho

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de Cobertura Estadual dos Organismos de Políticas para as Mulheres (percentual), Taxa de Cobertura Municipal dos Organismos de Políticas para as Mulheres, (percentual), Evolução do Número de Organizações Certificadas com o Selo Pró-Equidade de Gênero (percentual), Evolução do Número de Profissionais da Educação Formados em Conteúdos Não-Discriminatórios (percentual), Proporção de Atendimentos na Ouvidoria da SPM Relacionados aos Direitos Econômicos Sociais e Culturais (percentual), Taxa de Cobertura Estadual dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual), Taxa de Cobertura Municipal dos Conselhos dos Direitos da Mulher (percentual)

Público-alvo (beneficiários): Mulheres

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁶

Principais Ações do Programa

4.3.6.1 Ação 8402 – Documentação da Trabalhadora Rural.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Assegurar às mulheres da agricultura familiar, acampadas, assentadas da reforma agrária, atingidas por barragens, quilombolas, pescadoras artesanais, extrativistas e indígenas, o acesso aos documentos civis e trabalhistas, de forma gratuita e nas proximidades de moradia, visando efetivar sua condição cidadã, fortalecer sua autonomia, possibilitar acesso às políticas públicas e contribuir para a igualdade entre homens e mulheres.

Descrição: Promoção e ampliação da articulação institucional junto aos órgãos nacionais responsáveis pela emissão de documentos civis e trabalhistas, afim de garantir o acesso das trabalhadoras rurais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas:

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos

Unidade executora: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento

¹⁶ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXIV Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8402

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	422	1433	8402	A	4	Mulher atendida (unidade)	0	10.009,00	0,00	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela LXV Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8402

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
-	220.829,83	208.809,62	94,56	196.561,14	89,01	196.561,14	89,01

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Informa-se que a ação é de responsabilidade da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, conforme PPA 2008-2011, sendo executada por meio de destaque orçamentário ao INCRA/SEDE, e posteriormente provisões de crédito orçamentário às Superintendências Regionais que cumprem a ação em campo.

Conforme Tabela LXV, no exercício de 2010, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário no montante de R\$ 220.829,83 (duzentos e vinte mil, oitocentos e vinte e nove reais e oitenta e três centavos). Foram empenhados R\$ 208.809,62 (duzentos e oito mil, oitocentos e nove reais e sessenta e dois centavos) dos quais pagos R\$ 196.561,14 (cento e noventa e seis mil, quinhentos e sessenta e um reais e quatorze centavos), o que representa 89,01% de execução orçamentária.

No estado, a execução física da ação é desenvolvida pelo INCRA/TO por meio de parcerias com a Caixa Econômica Federal, Instituto Nacional de Seguridade Social, Secretaria Estadual de Segurança Pública, Superintendência Regional do Trabalho e Emprego, Prefeituras Municipais, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Empresas de Assistência Técnica. A coordenação cabe a Delegacia Federal do Ministério do Desenvolvimento Agrário/DFDA/TO.

No exercício de 2010 foram realizados 60 mutirões, priorizando as ações nos municípios abrangidos pelos Territórios da Cidadania do Sudeste, Jalapão e Bico do Papagaio. Abaixo, demonstra-se a execução física da ação.

Tabela LXVI Resultados do PNDTR

Documentos	Fem.	Masc.	Total
Certidão de Nascimento	37	36	73
Carteira de Identidade	2.871	2.995	5.866
CPF	2.055	2.324	4.379
Carteira de Trabalho	1.428	1.550	2.978
Registro no INSS ¹⁷	537	362	899
Serviços Previdenciários ¹⁸	871	580	1.451
TOTAL	7.799	7.847	15.646

Fonte: Relatório SR(26)/D/ Serviço de Educação no Campo e Cidadania.

Pessoas Atendidas com Documento	
Nº mulheres	5.003
Nº de homens	5.006
Total	10.009

Observação: O número de pessoas atendidas não é igual ao número de documentos, já que a pessoa atendida pode retirar mais de um documento.

¹⁷ Número de identificação do Trabalhador - NIT

¹⁸ Orientações quanto aos benefícios disponibilizados pelo INSS, tais como: auxílio doença, maternidade, funeral e aposentadoria

4.3.7 Programa 1336 – Brasil Quilombola

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a equalização do acesso aos serviços públicos e aos direitos sociais básicos para as comunidades remanescentes de quilombos e comunidades de terreiros.

Objetivos Específicos: Assegurar às comunidades remanescentes de quilombos a propriedade de suas terras, desenvolvimento econômico sustentável, infraestrutura adequada para suas atividades, melhoria das condições de vida, preservação do Patrimônio Cultural Material e Imaterial e capacidade para exercer controle efetivo sobre as políticas públicas que lhes são destinadas.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Eleusa Maria Gutemberg

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Taxa de Atendimento às Comunidades Remanescentes de Quilombos por Ações de Fomento ao Desenvolvimento Local e Sustentável; Taxa de Evolução de Comunidades Certificadas como Remanescentes de Quilombos; Taxa de Evolução de Comunidades Quilombolas com Terras Tituladas.

Público-alvo (beneficiários): População de comunidades remanescentes de Quilombos.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.¹⁹

Principais Ações do Programa

4.3.7.1 Ação 1642 - Reconhecimento, Demarcação e Titulação de Áreas Remanescentes de Quilombos.

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Projeto.

Finalidade: Regularizar a posse das terras dos remanescentes de quilombos.

Descrição: Elaboração de Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID com critérios de territorialidade; publicação do Relatório Técnico; consulta aos órgãos competentes do Governo Federal; notificação às partes interessadas; publicação de portaria de reconhecimento do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação - RTID; emissão de decreto de desapropriação; Demarcação e titulação.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Givânia Maria da Silva

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária.

¹⁹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXVII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 1642

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
121	127	136	1642	P	3	Comunidade Titulada	0	0	0	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011)..

Tabela LXVIII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 1642

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
163.392,00	137.717,00	46.017,30	33,41	36.017,30	26,15	36.017,30	26,15

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011)..

Conforme Tabela LXVIII, no exercício de 2010, foram provisionados crédito orçamentário de R\$ 137.717,00 (cento e trinta e sete mil, setecentos e dezessete reais), o que representa 84,29% do valor consignado na Programação Operacional de 2010. Foram empenhados R\$ 46.017,30 (quarenta e seis mil, dezessete reais e trinta centavos) dos quais foram pagos R\$ 36.017,30 (trinta e seis mil, dezessete reais e trinta centavos), o que representa 26,15% de execução orçamentária.

A execução desta ação é medida por meio do indicador de resultado “comunidade titulada”. Contudo, para alcançar o mesmo são necessárias várias atividades acessórias, que vão desde a abertura do procedimento administrativo de regularização fundiária pelo INCRA até o registro do território em nome da comunidade.

No exercício de 2010, os trabalhos da ação concentraram-se em três comunidades. Na primeira, Kalunga do Mimoso, localizada nos municípios de Arraias e Paranã, ocorreu a publicação do decreto de desapropriação por interesse social, em 15 de dezembro de 2010, que autoriza o INCRA a avaliar as propriedades a fim de proceder à desapropriação dos imóveis situados no território identificado e delimitado para as famílias remanescentes de quilombolas. As comunidades de Barra da Aroeira (municípios de Santa Tereza, Novo Acordo e Lagoa do Tocantins) e Grotão (município de Filadélfia) tiveram concluídos os trabalhos de preparação do kit para publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID. Os citados relatórios serão publicados em 2011.

4.3.7.2 Ação 0859 - Pagamento de Indenização aos ocupantes das Terras Demarcadas e Tituladas aos Remanescentes de Quilombos

Não houve pagamento de indenizações, uma vez que no exercício de 2010 não ocorreu desapropriação de áreas e nem desin壮uo de famílias ocupantes de terras reconhecidas, demarcadas e tituladas aos remanescentes de quilombos.

4.3.8 Programa 1350 – Educação no Campo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Promover a reforma agrária, dar acesso à terra e propiciar conhecimento para produção de alimentos, renda e cidadania no campo.

Objetivos Específicos: Promover a capacitação e o acesso à educação formal dos trabalhadores e trabalhadoras das áreas de Reforma Agrária.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ismael Gomes Marinho

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária matriculados no ensino fundamental; Taxa de jovens e adultos das áreas de Reforma Agrária não alfabetizados.

Público-alvo (beneficiários): Jovens e adultos assentados da Reforma Agrária; agricultores Familiares; profissionais egressos de cursos de áreas afins à Reforma Agrária.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.²⁰

Principais Ações do Programa

4.3.8.1 Ação 4474 - Educação de Jovens e Adultos no Campo

Não houve execução da ação no exercício de 2010.

4.3.8.2 Ação 6952 - Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social

Não houve execução da ação no exercício de 2010.

²⁰ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

4.3.8.3 Ação 8370 - Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Capacitar e formar profissionais de nível médio e de nível superior em cursos de graduação e pós-graduação, em diferentes áreas do conhecimento, de modo a atender a demanda por profissionais com formação e titulação adequados às características e aos desafios da realidade do campo, de administrar e organizar a produção agropecuária, de associações e de cooperativas, valorizando a identidade sóciopolítica e cultural dos alunos e articulando os conhecimentos científicos e os saberes sociais produzidos no contexto em que estão inseridos, com vistas à melhoria da qualidade de vida nos assentamentos

Descrição: Capacitação e formação profissional mediante a oferta de cursos de nível médio e de nível superior de graduação e/ou pós-graduação, por meio de metodologias específicas que considerem o contexto sócioambiental e as diversidades culturais do campo, que garantam a "alternância regular de períodos de estudos" (tempos diferenciados de aprendizados), bem como o envolvimento das comunidades onde estes trabalhadores rurais residem, contribuindo para o desenvolvimento sustentável dos assentamentos. Ampliar a formação de educadores das áreas de Reforma Agrária, com oferta de cursos de licenciaturas e pedagogia. Promover o diálogo e a pesquisa científica entre as comunidades assentadas e as universidades.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXIX Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 8370

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	263	1350	8370	A	4	Profissional Formado	90	0	0	-

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011)..

Tabela LXX Execução orçamentário-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 8370

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
341.812,00	171.780,82	171.780,82	100,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011)..

Conforme Tabela LXX, no exercício de 2010, foram provisionados crédito orçamentário no valor de R\$ 171.780,82 (cento e setenta e um mil, setecentos e oitenta reais e oitenta e dois centavos), o que representa 50,26% do valor consignado na Programação Operacional de 2010. O montante foi

empenhado em sua totalidade, mas por insuficiência de recursos financeiros não houve pagamento, com consequente inscrição do valor em resto a pagar.

A ação atende a 92 (noventa e dois) jovens e adultos de diversos Projetos de Assentamentos, conforme planilha abaixo, por meio do curso de magistério de nível médio, no qual se utiliza a metodologia da pedagogia da alternância, isto é, os alunos alternam as atividades do curso entre a tempo escola e tempo comunidade (projeto de assentamento), de forma a associar a teoria à prática, proporcionando a discussão e a solução dos problemas relativos à realidade do campo.

O curso é viabilizado por meio de parceria com a Escola Família Agrícola de Porto Nacional, convênio 44.000/2008 - de vigência Plurianual, 01/12/2008 a 30/12/2011. O projeto é desenvolvido em seis módulos e já foram executados cinco, com previsão de certificação dos educandos em dezembro de 2011.

Relata-se que a ampliação do programa no estado é prejudicada, pois há o impedimento de pagamento de bolsas, pelo PRONERA, aos professores da rede pública, fato este que contribui diretamente a não consolidação de parcerias com instituições de ensino públicas (Universidades Federais, Institutos Tecnológicos Federais, Secretarias Estaduais e Municipais de Educação).

Dessa maneira cria-se um acúmulo de demandas de cursos por parte das representações dos assentados e movimentos sociais, que vão desde a alfabetização de jovens e adultos até cursos superiores. Atualmente, a formação de nível superior é a mais solicitada, pois é anseio dos formandos dos dois cursos de magistério médio, que tem como objetivo continuar a formação profissional.

4.3.8.4 Ação 2272 - Gestão e Administração do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas;

promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Clarice Aparecida dos Santos.

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXXI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1350	2272	A	4	-	0	0	0	-

Fonte: PPA 2008-2011 e PO/2010.

Tabela LXXII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
30.000,00	30.586,00	28.305,36	92,54	28.294,46	92,51	28.294,46	92,51

Fonte: SIAFI e PO/2010.

Conforme Tabela LXXII, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário de R\$ 30.586,00 (trinta mil, quinhentos e oitenta e seis reais), que representa 101,95% do valor inicialmente programado. Foram empenhados R\$ 28.305,36 (vinte e oito mil trezentos e cinco reais e trinta seis centavos) dos quais pagos R\$ 28.294,46 (vinte e oito mil, duzentos e noventa e quatro reais e quarenta e seis centavos), o que representa 92,51% de execução orçamentária.

Informa-se que os recursos foram utilizados para pagamento de diárias, passagens, material de consumo utilizadas na realização de visitas aos alunos (por amostragem), acompanhamento e fiscalização do convênio em execução, tanto no tempo Comunidade, como no Tempo Escola (presencial); participação em reuniões de avaliação do projeto feita pela coordenação do curso de magistério nível médio; reuniões com possíveis instituições/entidades de ensino parceiras no sentido de sensibilizá-las quanto ao PRONERA, objetivando posterior celebração de parceiras; visitas a algumas comunidades assentadas para divulgação e levantamento de demandas.

4.3.9 Programa 1427 – Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Finalístico.

Objetivo Geral: Garantir e ampliar a renda agrícola e fortalecer a agricultura familiar.

Objetivos Específicos: Disciplinar, ampliar, organizar e qualificar a prestação dos serviços de Ater para os agricultores familiares e empreendedores familiares rurais.

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: taxa de cobertura de ATER à Agricultura Familiar.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Ismael Gomes Marinho

Indicadores ou parâmetros utilizados: Taxa de Agentes de Ater Formados (%), Taxa de Cobertura de Ater à Agricultura Familiar (%) e Taxa de Contratação de Crédito Rural de Investimento (%)

Público-alvo (beneficiários): Agricultores familiares, empreendedores familiares rurais (conforme previsto na Lei nº. 11.326/06), comunidades tradicionais, beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária e agentes de ATER.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo²¹

Principais Ações do Programa

4.3.9.1 Ação 4470 - Assistência Técnica e Capacitação de Assentados

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Prestar assessoria técnica, social e ambiental para as famílias beneficiárias da reforma agrária, de forma integral e continuada, desde a implantação do projeto de assentamento, tornando-os unidades de produção estruturadas inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas ao mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional. Elaborar Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) ou Plano de Recuperação do Assentamento (PRA). Capacitar os assentados e suas organizações, visando possibilitar a apropriação dos conhecimentos e das tecnologias e o desenvolvimento de habilidades que potencializem o processo de transição para agricultura de base ecológica, considerando sempre as demandas locais e regionais.

Descrição: Assessoramento técnico, social e ambiental aos assentados, desde a implantação do projeto de assentamento, de forma a fomentar as práticas sócio-ambientais sustentáveis e os espaços e condições de inclusão para os segmentos de gênero, raça e etnia, da seguinte forma: a) assessoramento na elaboração e no aperfeiçoamento do plano de desenvolvimento dos assentamentos, assim como dos projetos produtivos, sociais e estruturantes dele decorrentes, resgatando-se as potencialidades e os valores sócio-culturais das comunidades; b) identificação e difusão de informações estratégicas para

²¹ Não se aplica à natureza jurídica da UJ

os assentamentos no campo mercadológico e das tecnologias apropriadas; c) definição de modelo de auto-sustentação, de comercialização e de exploração agropecuária, extrativista, agroindustrial, organização espacial e infra-estrutura; e d) assessoramento na elaboração e acompanhamento de projetos de economia solidária e na formação na de redes.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXXIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 4470

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	606	1427	4470	A	3	Família Atendida	6.520	18.979	291,09	

Fonte: PPA 2008-2011, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Tabela LXXIV Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 4470

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
		R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)
4.083.714,00	9.342.273,48	9.244.736,79	98,96	3.828.223,57	40,98	3.828.223,57	40,98

Fonte: SIAFI, PO/2010 e Relatório SIR/Módulo de Monitoria e Avaliação (28/02/2011).

Conforme tabela LXXIV, no exercício de 2010, foram provisionados crédito orçamentário no montante de R\$ 9.342.273,48 (nove milhões, trezentos e quarenta e dois mil e duzentos e trinta e três reais e quarenta oito centavos) o que representa 228,77 % do valor inicialmente programado. Foram empenhados R\$ 9.244.736,79 (nove milhões, duzentos e quarenta e quatro mil, setecentos e trinta e seis reais e setenta e nove centavos) dos quais efetivamente pagos R\$ 3.828.223,57 (três milhões, oitocentos e vinte e oito reais, duzentos e vinte e três reais e cinqüenta e sete centavos), o que representa 40,98% de execução orçamentária.

A meta física programada para o exercício era de atender 6.520 (seis mil, quinhentos e vinte) famílias com assistência técnica, todavia estão sendo assistidas 18.979 (dezento mil, novecentos e setenta e nove) famílias, representando execução física de 291,09%.

A execução da ação no estado é viabilizada por meio de convênios plurianuais 2008/2011, firmado com instituições públicas e privadas, conforme tabela abaixo.

Tabela LXXV Famílias Assistidas com ATES - 2010

Nº do Convênio	Prestadora	Objeto (famílias)			
		ATES/Famílias	Nº PA's	PDA/Famílias	Nº PA's
16.000/08	COOPTER	2.058	30	77	2
22.000/08	COOPTER	3.552	48	381	10
21.000/08	COOPVAG	4.383	51	235	6
20.000/08	RURALTINS	1.812	34	96	4

24.000/08	RURALTINS	3.332	54	173	7
3.000/04	RURALTINS	3.842	-	-	-
TOTAL		18.979	217	962	29

Fonte: Convênios de ATES/SR(26)/D

Esclarece-se que as novas contratações de serviços de ATES serão realizadas pela Regional por meio de chamada pública, conforme estabelece a Lei Nº 12.188/2010, que institui a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária - PNATER e o Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar e na Reforma Agrária – PRONATER.

Com essa perspectiva, a partir do segundo semestre de 2010, a Regional iniciou estudos de viabilidade dos projetos básicos a fim de realizar futuras contratações de serviços nos assentamentos não contemplados pelo programa de ATES.

Informa-se ainda que, no primeiro e parte do segundo semestre de 2010, o grupo de trabalho de ATES esteve envolvido com a pesquisa institucional de Avaliação da Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária, cujos resultados estão disponíveis no item 17 (Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício).

4.3.9.2 Ação 2272 - Gestão do Programa

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade.

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.

Descrição: Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros, por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Vinícius Ferreira de Araújo

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Desenvolvimento.

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXXVI Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2272

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	1427	2272	A	4	-	0	0	0	-

Fonte: PPA 2008-2011 e PO/2010.

Tabela LXXVII Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2272

PO 2010	Provisão Recebida	Empenho Emitido		Empenho liquidadto		Valor Pago	
		R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)
164.451,82	307.639,55	285.439,82	92,78	255.439,82	83,03	255.439,82	83,03

Fonte: SIAFI e PO/2010.

Conforme tabela LXXVII, no exercício de 2010, foram provisionados nesta Superintendência Regional crédito orçamentário de R\$ 307.639,55 (trezentos sete mil, seiscentos e trinta e nove mil reais e cinqüenta e cinco centavos) o que representa 187,07% do valor inicialmente programado. Foram empenhados R\$ 285.439,82 (duzentos e oitenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos) dos quais efetivamente pagos R\$ 255.439,82 (duzentos cinqüenta e cinco mil, quatrocentos e trinta e nove reais e oitenta e dois centavos), o que representa 83,03% de execução orçamentária.

Esclarece-se que os recursos executados na ação foram utilizados: na viabilização da pesquisa de Avaliação da Qualidade de Vida, Produção e Renda dos Projetos de Assentamentos da Reforma Agrária; acompanhamento e fiscalização das Ações do Programa 1427; e capacitação para viabilização das chamadas públicas, tais como: pagamento de diárias a servidores, passagens e locomoções, serviços de terceiros, pessoa jurídica, material de consumo.

4.3.10 Programa 0750 – Apoio Administrativo

Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa: Apoio Administrativo.

Objetivo Geral:

Objetivos Específicos: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Responsável pelo programa no âmbito da UJ: Berenice Kran de Oliveira

Indicadores ou parâmetros utilizados para a avaliação do programa: Não tem.

Público-alvo (beneficiários): Não tem.

Demonstrativo da Execução Orçamentária por Programa de Governo.²²

Principais Ações do Programa

4.3.10.1 Ação 2000 - Administração da Unidade

Dados gerais da ação

Tipo da Ação: Atividade

Finalidade: Constituir um centro de custos administrativos das unidades orçamentárias da União, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em programas ou ações finalísticas.

Descrição: A atividade padronizada “Administração da Unidade” substitui as antigas atividades 2000 - Manutenção de Serviços Administrativos, 2001 - Manutenção de Serviços de Transportes, 2002 - Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, 2003 - Ações de Informática.

Nesse sentido se constitui na agregação de despesas de natureza administrativa que não puderem ser apropriadas em ações finalísticas, nem a um programa finalístico. Essas despesas, quando claramente associadas a determinada ação finalística, devem ser apropriadas nesta ação; quando não puderem ser apropriadas a uma ação finalística, mas puderem ser apropriadas a um programa finalístico, devem ser apropriadas na ação Gestão e Administração do Programa (GAP, 2272); quando não puderem ser apropriadas nem a um programa nem a uma ação finalística, devem ser apropriadas na ação Administração da Unidade (2000).

Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios

²² Não se aplica à natureza jurídica da UJ

à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração da unidade.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas: INCRA-SEDE

Coordenador nacional da ação: Maria do Socorro Freire de Oliveira

Unidades executoras: Superintendência Regional do Estado do Tocantins/Divisão de Administração

Execução Física e Financeira das ações realizadas pela UJ

Tabela LXXVIII Execução Física das ações realizadas pela UJ na Ação 2000

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista PO 2010	Meta realizada	Percentual da Meta realizada (%)	Meta a ser realizada em 2011
21	122	0750	2000	A	4	-	-	-	-	-

Fonte: PPA 2008-2011 e PO/2010.

Tabela LXXIX Execução orçamentária-financeira das Ações realizadas pela UJ na Ação 2000

PO 2010	Provisão Recebida		Empenho Emitido		Empenho liquidado		Valor Pago	
	R\$(a)	R\$(b)	R\$(c)	% (d=c/b)	R\$(e)	% (f=e/b)	R\$ (g)	% (h=g/b)
2.000.000,00	3.648.893,92	3.596.176,77	98,56	1.840.047,45	50,43	1.840.047,45	50,43	

Fonte: SIAFI e PO/2010.

Conforme tabela LXXIX, foram provisionados em 2010 crédito orçamentário de R\$ 3.648.893,92 (três milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, oitocentos e noventa e três reais e noventa e dois centavos), o que representa 182,44% do valor consignado na PO/2010. Foram empenhados R\$ 3.596.176,77 (três milhões, quinhentos e noventa e seis mil, cento e setenta e seis reais e setenta e sete centavos) dos quais foram pagos R\$ 1.840.047,45 (um milhão, oitocentos e quarenta mil, quarenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) o que representa 50,43% de execução orçamentária.

A Ação 2000 - Administração da Unidade, gerenciada no âmbito da Regional pela Divisão de Administração, congrega todas as despesas administrativas com vistas à manutenção da estrutura da sede da Regional e Unidades Avançadas, garantindo assim o suporte operacional necessários às atividades finalísticas, principalmente, por meio de contratos administrativos (abaixo).

Tabela LXXX Contratos Administrativos

Nº	Contratado	CNPJ/CPF	Serviço/Fornecimento	Contrato	Valor total (anual) (R\$)
1	Raimundo Nonato Sousa Nunes	003.538.251-15	Locação de imóvel para instalação da Unidade Avançada de Gurupi	79.001/04	51.000,00
2	Brasil Telecon S/A	76.535.764/0001-43	Telefonia fixa (Longa Distância)	11.000/05	48.000,00
3	Brasil Telecon S/A	76.535.764/0001-43	Telefonia fixa (Local)	1.000/06	48.996,00
4	Brasil Telecon S/A	76.535.764/0001-43	Internet Banda Larga para Unidades Avançadas	7.000/09	34.579,44
5	Celtins - Companhia de Energia Elétrica do Tocantins	25.086.034/0001-71	Fornecimento de energia elétrica (sede da Regional)	1.000/09	201.972,00
6	LIMPS - Limpeza e Conservação Ltda	07.241.070/0001-80	Limpeza, conservação e zeladoria para sede da Regional e Unidades Avançadas.	1.000/07	231.428,28
7	DFINE Engenharia e Sistemas Ltda	35.156.022/0001-18	Elaboração de projetos básicos de Arquitetura do prédio da sede da Regional)	10.000/10	14.485,00
8	Solução Vigilância Ltda	00.160.911/0003-48	Vigilância e segurança armada para a Sede e Unidades Avançadas.	1.000/10	522.840,00
9	JT Construtora Ltda	03.279.700/0001-55	Prestação dos serviços de construção do prédio da Unidade Avançada de Gurupi.	28.000/09	1.210.053,16
10	Vera Ruth Carvalho Fidalgo	08.573.956/0001-94	Prestação de serviços contínuos terceirizados de recepção para a sede.	23.000/09	317.546,88
11	EBC - Empresa Brasil de Comunicação S/A	09.168.704/0001-42	Publicidade Legal	3.000/07	45.000,00
12	JF Construções e Edificações Ltda	08.246.178/0001-29	Prestação dos serviços de construção do prédio da Unidade Avançada de Araguatins.	18.000/10	43.016,90
13	E. O. C. Ferreira-ME	03.405.973/0001-07	Fornecimento de água mineral sem gás para a Unidade Avançada de Araguaína.	01000/10	3.120,00
14	Jovina Abadia de Oliveira	485.061.251-20	Locação de imóvel para instalação da Unidade Avançada de Araguatins	4.000/07	10.800,00
15	Vivo S/A	02.449.992/0193-45	Telefonia móvel	17.000/07	18.000,00
16	Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins	25.053.190/0001-36	Serviços de publicações e divulgação no Diário da Justiça do Estado do Tocantins.	2.000/09	24.000,00

17	Hamilton de Rezende Costa	00.001.511/0001-28	Serviços reprográficos diversos para a UAA	02000/10	6.978,00
18	Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	61.198.164/0001-60	Prestação de serviços securitários.	3.000/10	5.305,44
19	ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	34.028.316/7883-47	Serviços de transporte e entrega de malotes.	5.000/09	7.200,00
20	Summer Turismo e Viagens Ltda	05.395.820/0001-43	Emissão, remarcação e fornecimento de bilhetes de passagem em âmbito nacional.	4.000/10	128.160,00
21	Exata Copiadora Ltda	06.055.186/0001-62	Locação de 7 fotocopiadoras com 2 operadores.	9.000/09	49.700,00
22	Valadares Revendas de Bebidas Ltda	04.875.833/0001-57	Fornecimento de água mineral sem gás para a sede da Regional	5.000/10	54.157,50
23	Saneatins - Companhia de Saneamento do Tocantins	25.089.509/0001-83	Serviço de Água e Esgoto.	10.000/09	37.401,72
24	Mania Digital Comércio de Equipamentos de Informática Ltda	08.140.005/0001-21	Prestação de serviços fotográficos	8.000/0	264.353,40
25	Ribeiro e Lopes Ltda	02.301.597/0001-30	Manutenção equipamento informática das Unidades Avançadas de Araguaína e Gurupi.	04000/09	37.500,00
26	Telcomdata Ltda-ME	07.804.828/0001-41	Prestação de serviços de atendimento telefônico com mão-de-obra.	12.000/10	33.866,64
27	Celtins - Companhia de Energia Elétrica do Tocantins	25.086.034/0001-71	Fornecimento de energia elétrica para Unidades Avançadas.	21.000/08	82.764,00
28	Rocha Dourado & Silva Ltda	10.587.568/0001-04	Prestação de serviço de manutenção no sistema de ar condicionado	17.000/10	81.000,00
29	Constructor Ltda - EPP	09.322.554/0001-80	Serviço de construção do prédio da UA Araguaína	19.000/10	1.328.266,43
30	Elevadores Atlas Schindler S/A	00.028.986/0006-12	Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva em 2 elevadores da sede da Regional	30.000/09	9.000,00
31	DIN - Departamento de Imprensa Nacional	04.196.645/0001-00	Publicações no Diário Oficial da União	2011NE900011	64.800,00

Fonte: Planilha de acompanhamento de contratos SR(26)T/A

Esclarece-se que em relação aos recursos orçamentários, inicialmente consignado na Programação Operacional, pelo órgão central, os mesmos foram insuficientes para atender as demandas da Regional. Entretanto, no decorrer do exercício, ocorreram suplementações de crédito orçamentário a fim de atender a contento as despesas administrativas e investimentos para construção e reforma das Unidades Avançadas de Araguaína e Gurupi, além de aquisição de material permanente (mobiliários e equipamentos de informática).

4.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

2.4.1. Programação Orçamentária da Despesa

Não se aplica a UJ, uma vez que esta Regional não tem créditos atribuídos originariamente pela LOA.

2.4.1.1 Identificação das Unidades Orçamentárias

Não se aplica a UJ, uma vez que esta Regional não tem créditos atribuídos originariamente pela LOA.

2.4.1.2 Programação de Despesas Correntes

Não se aplica a UJ, uma vez que esta Regional não tem créditos atribuídos originariamente pela LOA

2.4.1.3 Programação de Despesas de Capital.

Não se aplica a UJ, uma vez que esta Regional não tem créditos atribuídos originariamente pela LOA

2.4.1.4 Quadro Resumo da Programação de Despesas e Reserva de Contingência.

Não se aplica a UJ, uma vez que esta Regional não tem créditos atribuídos originariamente pela LOA

2.4.1.5 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos Recebidos	-	-	-	-
		373001	09272008901810001	10.232,38	19.228,87
		373001	21122013522720001	-	1.089.882,56
		373001	21122013722720001		363.224,59
		373001	21122013822720001	-	2.508.454,88
		373001	21122075020000001	4.183,86	38.246,06
		373001	21122135022720001	-	363.173,03
		373001	21122142722720001	-	72.000,00
		373001	21125013821050001	-	60.000,00
		373001	21127013821100001	-	646.281,37
		373001	21127013844260001	-	654.885,36
		373001	21127013883780001	-	142.517,60
		373001	21127133616420001	-	98.473,88
		373001	21128013945720001	-	171.780,82
		373001	21363135083700001	-	9.342.273,48
		373001	21606142744700001	-	1.334.736,26
		373001	21631013583740001	-	268.874,78
		373001	21631013583840001	-	446.143,28
		373001	21631013583870001	-	20.168,10
		373001	2163101372B060001	-	257.294,42
		373001	21631013743580001	-	208.505,26
		373001	21631013783960001	-	112.002,37
		373001	21631112021090001	-	-

		Concedidos	-	-	-	-	-	
Movimentação Externa		Recebidos	-	-	-	-	-	
		-	-	-	-	-	-	
Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital				
				4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida		
				-	-	-		
Movimentação Interna	Concedidos	-	-	-	-	-		
	Recebidos	373001	21122013722720001	264.483,64	-	-		
		373001	21122013822720001	214.035,26	-	-		
		373001	21122075020000001	1.242.461,48	-	-		
		373001	21631013544600001		2.535.610,98	-		
		373001	21631013704270001		25.727.600,00	-		
			21631013783960001	6.416.412,03		-		
Movimentação Externa		Concedidos	-	-	-	-		
		Recebidos	-	-	-	-		

Fonte: Relatório SIAFI/INCRA SEDE

2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

2.4.2.1. Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2009	2010	2009	2010
Modalidade de Licitação				
Convite	58.002,79		-	-
Tomada de Preços	1.410.459,09	804.498,70	208.380,53	-
Concorrência	3.757.686,84	432.727,58	-	-
Pregão	2.613.122,05	3.097.026,89	1.953.454,02	2.175.697,62
Concurso	-		-	
Consulta	-		-	
Registro de Preços	-	-	-	
Contratações Diretas				
Dispensa	403.903,42	430.571,39	386.202,90	390.610,01
Inexigibilidade	174.563,30	1.250.050,13	124.464,19	206.184,92
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	175.711,34	211.283,94	175.214,50	211.283,94
Pagamento de Pessoal				
Pagamento em Folha ²³				
Diárias	1.897.293,07	2.383.525,70	1.893.109,83	2.382.342,08
Outros				

Fonte: Relatório SIAFI/INCRA SEDE

²³ Essa informação não foi disponibilizada pelo INCRA/SEDE a esta Regional. O processamento da folha de pagamento de pessoal referente a totalidade de servidores lotados no nesta Regional é realizado na divisão de pagamento da Coordenação Geral de Pessoas do INCRA/SEDE Nesta regional é feita apenas atualização das informações de pagamento mensalmente no sistema SIAPE, conforme consta do art. 114, inciso i, alínea “b”, da portaria n.º 20, de 8 de abril de 2009, que instituiu o regimento interno do INCRA.

2.4.2.2. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquida		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
1 – Despesas De Pessoal	-	4.183,85		4.183,85		-	-	4.183,85
Obrigações Patronais	-	4.183,85	-	4.183,85	-	-	-	4.183,85
Outros Benefícios Assistenciais	3.258,66	-	3.258,66	-	-	-	3.258,66	-
2 – Juros E Encargos Da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	7.923.344,03	16.520.285,45	5.136.344,24	16.520.285,45	2.791.183,03	7.371.037,68	5.132.161,00	9.149.247,77
Diárias - Pessoal Civil	1.902.506,08	2.383.525,70	1.897.293,07	2.383.525,70	9.396,25	1.183,62	1.893.109,83	2.382.342,08
Material De Consumo	892.917,71	1.035.328,77	771.700,76	1.035.328,77	121.216,95	215.436,14	771.700,76	819.892,63
Passagens E Despesas Com Locomoção	119.098,00	96.888,33	117.724,32	96.888,33	1.373,68	25.096,89	117.724,32	71.791,44
Outros Serviços De Terceiros Pessoa Física	63.612,34	69.381,90	57.788,92	69.381,90	5.823,42	3.532,90	57.788,92	65.849,00
Locação De mão-de-obra	784.832,99	1.150.732,84	713.249,22	1.150.732,84	71.583,77	114.756,58	713.249,22	1.035.976,26
Outros Serviços De Terceiros Pj -.	2.598.879,50	1.244.469,31	1.132.015,38	1.244.469,31	1.466.864,12	453.271,55	1.132.015,38	791.197,76
Contribuições ²⁴	1.540.322,70	9.416.517,61	425.397,86	9.416.517,61	1.114.924,84	5.588.294,04	425.397,86	3.828.223,57
Obrigações Tributarias E Contributivas	21.174,71	1.042.080,26	21.174,71	1.042.080,26	-	969.465,96	21.174,71	72.614,30
Despesas De Exercícios Anteriores	-	51.802,25	-	51.802,25	-	-	-	51.802,25
Indenizações e Restituições	-	29.558,48	-	29.558,48	-	-	-	29.558,48

Fonte: Relatório SIAFI/INCRA SEDE

²⁴ Convênios de Assessoria Técnica/ATES firmados com o RURALTINS, COOPTER e COOPVAG.

2.4.2.3. Despesas Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos Recebidos por Movimentação

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010
4 – Investimentos	10.484.576,80	7.987.926,66	661.801,99	7.987.926,66	9.822.774,81	7.350.997,68	661.801,99	636.928,98
Contribuições ²⁵	6.304.232,84	6.347.050,24	562.568,78	6.347.050,24	5.741.664,06	5.884.984,90	562.568,78	462.065,34
Obras e Instalações	3.825.689,54	1.260.944,92	9.999,91	1.260.944,92	3.815.689,63	1.246.461,28	9.999,91	14.483,64
Equip.e Material Permanente	354.654,42	379.931,50	89.233,30	379.931,50	265.421,12	219.551,50	89.233,30	160.380,00
5 – Inversões Financeiras	41.133.119,43	28.156.810,98	19.453.119,43	28.156.810,98	21.680.000,00	19.810.600,00	19.453.119,43	8.346.210,98
Aquisição de Imóveis ²⁶	1.474.519,43	2.535.610,98	1.474.519,43	2.535.610,98	-	-	1.474.519,43	2.535.610,98
Concessão De Empréstimos e Financiamentos ²⁷	39.658.600,00	25.621.200,00	17.978.600,00	25.621.200,00	21.680.000,00	19.810.600,00	17.978.600,00	5.810.600,00

Fonte: Relatório SIAFI/INCRA SEDE

²⁵ Convênios firmados com municípios para a execução de obras de infraestrutura (Implantação e recuperação de estradas vicinais) em Projetos de Assentamentos.

²⁶ Pagamento de benfeitorias de imóveis rurais desapropriados.

²⁷ Concessão de Crédito Instalação em suas diversas modalidades as famílias assentadas.

2.4.2.4. Análise Crítica

No decorrer do exercício de 2010, os principais fatores que limitaram a execução orçamentária desta Superintendência Regional foi a edição do Decreto nº 7.144/2010, de 30 de março de 2010, que determinou corte orçamentário na Programação Operacional do INCRA; a insuficiência de recursos financeiros a fim de executar o créditos empenhados no exercício e os inscritos em restos a pagar de exercícios anteriores.

Esclarece-se que tais fatores limitaram de forma significativa a execução das ações de Obtenção de Imóveis Rurais, Concessão de Credito Instalação e Infraestrutura em Projetos de Assentamentos. Aliado a isso destaca-se que há vários exercícios esta Regional opera com capacidade operacional reduzida (veículos, servidores, equipamentos e recursos financeiros), impossibilitando dessa forma melhor prestação de serviços a sociedade e o alcance de melhores resultados no exercício.

2.4.3. Indicadores Institucionais

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Ordenamento da Estrutura Fundiária								
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do Incra, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.)	<input type="checkbox"/> Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR. <input type="checkbox"/> Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br .	26.749.044,15/27.762.097,00*100 = 96,35
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. <input type="checkbox"/> Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação.	428/1298*100=32,97

Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem (Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG. $30/1812*100=1,66$

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Obtenção de imóveis para Reforma Agrária e Implantação de Projetos de Assentamento								
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Reais/hectare	<p>{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício^[3], dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação^[4].</p> <p><input type="checkbox"/> Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – SIAFI e SIR.</p> <p><input type="checkbox"/> Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Conforme a publicação do Decreto – SIR e SIPRA.</p>		12.024.086,85/7.867,70=1.528,27
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<p>(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício^[5], no nível de agregação), multiplicado por 100.</p> <p><input type="checkbox"/> Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.</p> <p><input type="checkbox"/> Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.</p>	14/3*100=466,67	

	passivo existente.						
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	<p>(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais[6], no nível de agregação), multiplicado por 100.</p> <p><input type="checkbox"/> Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.</p> <p><input type="checkbox"/> Quantidade total de PA(s) federais – Sipra.</p>	46/340*100=13,53

Indicador	Descrição	Aggregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Desenvolvimento, Consolidação e Emancipação de Projetos de Assentamento								
Índice de acesso à água para consumo doméstico[7]	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente[8].	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Exercício	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	Observação ²⁸
Índice de provimento de PDA/PRA ²⁹	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo Incra[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – SIR <input type="checkbox"/> Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra.	246/340*100=72,35

²⁸ Esta regional não dispõe desse índice. Esclarecemos que o sistema de parcelamento adotado em grande parte dos projetos, as famílias residem nas parcelas e são responsáveis pela construção de poços e cisternas. Porém, foi iniciada no exercício de 2009, com conclusão prevista para 2011, obra de sistema de distribuição água a fim de atender a 16 (dezesseis) famílias assentadas no projeto de Assentamento Capivara Município de Porto Nacional/TO.

²⁹ Em relação ao número de assentamento esta Regional só inclui os federais, uma vez que Elaboração de PDA/PRA só se aplica aos assentamentos federais.

<p>Índice de acesso a estradas transitáveis ou outras vias de transporte adequado ao escoamento da produção até as unidades produtivas</p>	<p>Expressa o acesso a estradas transitáveis ou outras vias de acesso adequado ao escoamento da produção no exercício, segundo o total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.</p>	<p>Superintendência Regional/ Brasil</p>	<p>Resultado</p>	<p>Por exercício</p>	<p>Porcentagem</p>	<p>(número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício, dividido pelo número total de famílias assentadas no exercício[10], no nível de agregação) multiplicada por 100.</p>	<p><input type="checkbox"/> Número de unidades produtivas providas com acesso a estradas transitáveis ou outra via adequada de escoamento da produção no exercício</p>	<p>– Conforme avaliado pelas equipes de Assistência Técnica atuantes nos PA(s) e SIR. Esclarece-se que a Regional não dispõe dessa informação</p>
<p>Índice de acesso à moradia nos assentamentos</p>	<p>Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.</p>	<p>Superintendência Regional/Brasil</p>	<p>Resultado</p>	<p>Por exercício</p>	<p>Porcentagem</p>	<p>(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.</p>	<p><input type="checkbox"/> Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício</p>	<p>– Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR; <input type="checkbox"/> Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra. 368/1367*100=26,92</p>

Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de crédito voltada à produção	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Superintendência Regional/Brasil	Processo	Por exercício	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	· Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	295
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Superintendência Regional/ Brasil	Resultado	Por exercício	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	· Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra.	18.979/23556*100=80,56
Renda média das famílias (não obrigatório ou por amostragem) [15]	Expressa a renda gerada pelas famílias nas atividades produtivas.	Superintendência Regional	Processo	Ano Safra	Unidade monetária (reais)	Média do valor monetário gerado pelas atividades produtivas por família no nível de agregação.	· Valor monetário gerado pelas atividades produtivas – A ser obtido pelas Entidades de Prestação de Assistência Técnica em conformidade com a tabela constante do item 4 do Manual Operacional de ATES (pagina 21) disponível em: http://www.incra.gov.br/arquivos/0003602026.pdf em 22/04/2008, ou norma que substituí-la.	Esclarecemos que a Regional não dispõe dessa informação

Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Superintendência/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	<input type="checkbox"/> Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. · · Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	1.634/24.538*100=6,66
Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados	Expressa o Número de projetos ambientalmente diferenciados implantados conforme a definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Unidade	Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período	<input type="checkbox"/> Quantidade de projetos ambientalmente diferenciados criados no período – Conforme o Sistema Sipra e definição das Portarias Incra n.º 268/1996; 477/1999 e 1.141/2003 e 215/2006.	Não foram criados projetos ambientalmente diferenciados no exercício de 2010 no âmbito da UJ.
Índice de consolidação de assentamentos[16]	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Superintendência Regional/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra.	Não há projetos consolidados no âmbito da UJ

Indicador	Descrição	Agregação	Classificação	Periodicidade	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Área: Gestão Administrativa								
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Superintendência Regional/Diretoria/ Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	<input type="checkbox"/> quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	48/165*100=32
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Superintendência Regional/Diretoria/Bra sil	Resultado	Por exercício	Horas/funcioná rio	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	<input type="checkbox"/> número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	1804/165*100=1093,33
Índice de aprovação de Convênios	Expressa a capacidade de gestão de convênios firmados pela Autarquia, conforme IN 01/93 e lei 8.666.	Superintendência/Diret oria/Brasil	Resultado	Por exercício	Percentagem	(Quantidade de convênios com status “aprovado” no exercício/Quantid ade de convênios com status “comprovado” no exercício)multipli cado por 100.	<input type="checkbox"/> SIAFI e SICONV	3/6*100=50,00%

Índice de Qualidade de dados	Expressa a quantidade de inconformidades entre os registros eletrônicos e os dados que os deram origem.	Sistema/Superintendência/Diretoria/Brasil.	Resultado	Ano	Percentagem (Quantidade de inconformidades/ Quantidade de registros analisados pela AUD conforme técnica amostral aplicada) multiplicada por 100.	<ul style="list-style-type: none">· Quantidade de inconformidades – Informado pela AUD.· Quantidade de registros analisados – Informado pela AUD.	Não houve Auditoria no Exercício de 2010
------------------------------	---	--	-----------	-----	--	--	--

5. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

5.1 Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Valores em R\$ 1,00

Identificação da Conta Contábil					
Código SIAFI	Denominação				
UG	Credor (CNPJ/CPF)	Saldo Final em 31/12/2009	Movimento Devedor	Movimento Credor	Saldo Final em 31/12/2010
21211.11.00	Fornecedores por insuficiência de créditos				
21212.11.00	Pessoal a pagar por insuficiência de créditos				
21213.11.00	Encargos por insuficiência de créditos				
21215.22.00	Obrigaçāo tributária por insuficiência de créditos				
21219.22.00	Débitos diversos por insuficiência de créditos				
No exercício de 2010 não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.					

Fonte: SIAFI

5.2 Análise Crítica

6. Informações sobre a movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.

6.1 Situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	-	-	-	-
2009	-	-	-	-
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2010
2010	34.531.451,74	875.542,11	1.915.309,25	41.220.655,98
2009	34.289.774,60	1.153.539,98	30.857.355,88	9.480.055,60
Observações:				

Fonte: Relatório SIAFI/INCRA SEDE

6.2 Análise Crítica

Do total dos valores constantes na “Saldo a Pagar em 31/12/2010” a maior parte (93,54%) refere-se a obras de infraestrutura em projetos de assentamentos, crédito instalação em suas diversas modalidades e serviços de assessoria técnica a famílias assentadas.

Registra-se que esses valores estão relacionados com problemas de insuficiência de recursos financeiros, formalização de convênios de infraestrutura no segundo semestre, mês de dezembro de cada exercício, e a execução plurianual dos convênios de assessoria técnica.

7. Informações sobre Recursos Humanos da unidade³⁰

7.1 Composição do quadro de servidores ativos

7.1.1 Composição do Quadro de Recursos Humanos - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos em 2010	Egressos em 2010
	Autorizada	Efetiva		
1 Provimento de cargo efetivo	0	146	0	14
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira	0	141	0	12
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	139	0	12
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	2	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	0	0	0	0
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.3 Servidores regidos pela CLT	0	0	0	0
1.4 Servidores Cedidos ou em Licença	0	5	0	2
1.4.1 Cedidos	0	2	0	0
1.4.2 Removidos	0	0	0	2
1.4.3 Licença remunerada	0	0	0	0
1.4.4 Licença não remunerada	0	3	0	0
2 Provimento de cargo em comissão	0	19	0	2
2.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
2.2 Grupo Direção e Assessoramento superior	0	18	0	2
2.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	11	0	0
2.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	1	0	0
2.2.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	1	0	1
2.2.4 Sem vínculo	0	5	0	1
2.2.5 Aposentado	0	0	0	0
2.3 Funções gratificadas	0	1	0	0
2.3.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	0	1	0	0
2.3.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.3 Servidor de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3 Total	0	165	0	16

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR - Dez/10 e extração SIAPE fev/11. OBS: 1)

Obs: O INCRA não dispõe de instrumento aprovando a lotação; 2)O INCRA não dispõe de servidores com contrato temporário; 3)O INCRA dispõe de servidores celetistas (anistiados - Lei 8.878/94).

³⁰ As Informações sobre Recursos Humanos da unidade foram disponibilizadas pelo INCRA/SEDE, exceto o item 7.5.

7.1.2 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Faixa Etária - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Faixa Etária (anos)					TOTAL
	Até 30	De 31 a 40	De 41 a 50	De 51 a 60	Acima de 60	
1. Provimento de cargo efetivo	9	16	31	78	12	146
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	9	14	28	78	12	141
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	2	3	0	0	5
2. Provimento de cargo em comissão	1	6	9	3	0	19
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	1	6	8	3	0	18
2.3. Funções gratificadas	0	0	1	0	0	1
TOTAL GERAL	10	22	40	81	12	165

Fonte: Extração SIAPE FEV/11

7.1.3 Composição do Quadro de Recursos Humanos por Nível de Escolaridade - Situação Apurada em 31/12/2010

Tipologias do Cargo	Nível de Escolaridade									TOTAL
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	
1. Provimento de cargo efetivo	0	2	3	16	68	57	0	0	0	146
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	2	3	16	68	52	0	0	0	141
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.4. Servidores Cedidos ou em Licença	0	0	0	0	0	5	0	0	0	5
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	8	11	0	0	0	19
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	7	11	0	0	0	18
2.3. Funções gratificadas	0	0	0	0	1	0	0	0	0	1
TOTAL	0	2	3	16	76	68	0	0	0	165

LEGENDA

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 - Doutorado; 10 - Não Classificada.

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

OBS: O nível de escolaridade informado correspondente à tabela de escolaridade do SIAPE.

7.2 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

7.2.1 Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos / Regime de aposentadoria	Quantitativo de Servidores	Aposentadorias em 2010
1 Integral	21	10
1.1 Voluntária	21	10
1.2 Compulsório	0	0
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	0	0
2 Proporcional	19	0
2.1 Voluntária	16	0
2.2 Compulsório	3	0
2.3 Invalidez Permanente	0	0
2.4 Outras	0	0
TOTAL	40	10

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

7.2.2 Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação Apurada em 31/12/2010

Regime de proventos originário do servidor	Quantitativo de Beneficiários	Pensões concedidas em 2010
1. Integral	11	0
2. Proporcional	12	2
TOTAL	23	2

Fonte: Extração SIAPE FEV/11.

7.3 Composição do quadro de estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Custo do exercício (Valores em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
Nível superior	7	7	7	7	R\$ 0,00
· Área Fim	2	2	2	2	R\$ 0,00
· Área Meio	5	5	5	5	R\$ 0,00
Nível Médio	7	7	7	9	R\$ 0,00
· Área Fim	4	4	4	5	R\$ 0,00
· Área Meio	3	3	3	4	R\$ 0,00
Total	14	14	14	16	R\$ 73.083,18

Fonte: SIAPE, GERENCIAL, GRCADAS, GRCOSITCAR Dez/10 e Extração SIAPE FEV/11 e Extração DW/2010. OBS: O custo do exercício não está discriminado por nível vez que a rubrica referente a bolsa é a mesma para nível médio e superior.

7.4 Custos associados à manutenção dos recursos humanos

7.4.1 Quadro de Custos de Recursos Humanos nos Exercícios de 2008, 2009 e 2010

TIPOLOGIAS/ EXERCÍCIOS	VENC E VANTAGENS FIXAS	DESPESAS VARIÁVEIS						DEMAIS DESP VARIÁVEIS	TOTAL GERAL
		RETRIBUIÇÕES	GRATIFICAÇÕES	ADICIONAIS	INDENIZAÇÕES	BENEF ASSIST/PREV			
SERVIDORES DE CARREIRA QUE NÃO OCUPAM CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO									
2008	R\$ 8.413.942,83	-	R\$ 720.524,20	R\$ 236.910,08	1.072.560,21	R\$ 480.946,35	R\$ 1.759,08	R\$ 10.926.642,75	
2009	R\$ 8.266.485,75	-	R\$ 739.812,24	R\$ 251.489,29	1.523.618,93	R\$ 441.233,86	R\$ 1.234,17	R\$ 11.223.874,24	
2010	R\$ 7.794.886,90	-	R\$ 709.601,02	R\$ 236.518,39	2.208.933,91	R\$ 867.996,37	R\$ 256,64	R\$ 11.818.193,23	
SERVIDORES COM CONTRATO TEMPORÁRIO (SERVIDORES CELETISTAS)									
2008	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	
2009	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	
2010	-	-	-	-	-	-	-	R\$ 0,00	
SERVIDORES CEDIDOS COM ÔNUS OU EM LICENÇA									
2008	-	-	-	-	5.022,32	-	-	R\$ 5.022,32	
2009	-	-	-	-	2.009,42	-	-	R\$ 2.009,42	
2010	-	-	-	-	614,05	-	-	R\$ 614,05	
SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS DO GRUPO DIREÇÃO E ASSESSORAMENTO SUPERIOR									
2008	-	R\$ 371.342,33	-	-	101.091,31	-	-	R\$ 472.433,64	
2009	-	R\$ 393.283,52	-	-	165.553,28	-	-	R\$ 558.836,80	
2010	-	R\$ 423.188,87	-	-	176.793,45	-	-	R\$ 599.982,32	

SERVIDORES OCUPANTES DE FUNÇÕES GRATIFICADAS

2008	-	R\$ 4.831,78	-	-	-	-	-	R\$ 4.831,78
2009	-	R\$ 5.052,12	-	-	2.489,06	-	-	R\$ 7.541,18
2010	-	R\$ 5.052,12	-	-	3.961,98	-	-	R\$ 9.014,10

Fonte: Extração DW SIAPE dos exercícios de 2008, 2009 e 2010.

Observação: Foram concedidas diárias (indenização) para terceiros, conforme especificado:

ANO	VALOR
2008	R\$ 43.994,14
2009	R\$ 146.746,23
2010	R\$ 78.997,07

7.5 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

7.5.1 Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva

Unidade Contratante											
Nome: Superintendência Regional do Estado do Tocantins											
UG/Gestão: 373085/37201				CNPJ: 00.375.972/00095-40							
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
2007	L	O	1.000/07	07.241.070/0001-80	09/02/2007	08/02/2012					P
2010	V	O	1.000/10	00.160.911/0003-48	04/03/2010	04/03/2011					A

Observação:
Esclarece-se que em relação ao contrato de limpeza (13 contratados) não é exigida a comprovação de escolaridade para a execução dos serviços contratados, já em relação ao de vigilância (21 contratados) é exigido apenas o curso de formação de vigilantes.

LEGENDA
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Relação de contratos SR(26)26/A

7.5.2 Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra

Unidade Contratante											
Nome: Superintendência Regional do Estado do Tocantins											
UG/Gestão: 373085/37201				CNPJ: 00.375.972/00095-40							
Informações sobre os contratos											
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados				Sit.
					Início	Fim	P	C	P	C	
					01/12/2009	31/03/2011			20	20	
2009	1	O	23000/2009	08.573.956/0001-94	01/12/2009	31/03/2011			20	20	
2009	4	O	9000/2009 ³¹	06.055.186/0001-62	20/07/2009	19/07/2011					
2010	1	O	12000/2010	07.804.828/0001-41	22/11/2010	21/11/2011			2	2	A

Observação:
Esclarecemos que em relação ao contrato 9000/2009 (02 contratados) não é exigida a comprovação de escolaridade para a execução dos serviços contratados.

LEGENDA

Área:

- 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional;
- 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis
- 3. Serviços de Copia e Cozinha;
- 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis;
- 5. Serviços de Brigada de Incêndio;
- 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes;
- 7. Outras.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Relação de contratos SR(26)26/A

³¹ Locação de máquinas fotocopiadoras com fornecimento de mão-de-obra pela contratada.

7.5.3 Distribuição do pessoal contratado mediante contrato de prestação de serviço com locação de mão de obra

Identificação do Contrato	Área	Qtd.	Unidade Administrativa
23000/2009	1	4	SR(26)/F
23000/2009	1	3	SRFA-09
23000/2009	1	3	Gabinete
23000/2009	1	1	PFE
23000/2009	1	1	Unidade Avançada de Gurupi
23000/2009	1	1	Unidade Avançada de Araguaína
23000/2009	1	1	Divisão de Ordenamento
23000/2009	1	2	Divisão de Desenvolvimento
23000/2009	1	4	Divisão de Administração
9000/2009	4	2	Divisão de Administração
12000/2010	1	2	Divisão de Administração

LEGENDA

Área:

- | | |
|--|---|
| 1. Apoio Administrativo Técnico e Operacional; | 6. Apoio Administrativo – Menores Aprendizes; |
| 2. Manutenção e Conservação de Bens Imóveis; | 7. Higiene e Limpeza; |
| 3. Serviços de Copia e Cozinha; | 8. Vigilância Ostensiva; |
| 4. Manutenção e conservação de Bens Móveis; | 9. Outras. |
| 5. Serviços de Brigada de Incêndio; | |

Fonte: Relação dos Contratos SR(26)/A

7.6 Indicadores gerenciais sobre recursos humanos

Esta regional não instituiu no exercício indicadores gerenciais de recursos humanos, sendo que a criação/instituição dos mesmos depende de anuência do INCRA/SEDE e está condicionada contratação de novos servidores uma vez que o Serviço de Desenvolvimento Humano desta Regional não tem pessoal suficiente para gerir tais indicadores.

8. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

8.1 Transferências efetuadas no exercício

8.1.1 Caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de referência

Quadro de Detalhamento de Transferências											
Concedente(s) Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins											
UG / CNPJ		Denominação									
373085/00.375.972/0001-60		Órgão da administração indireta do Poder Executivo									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Global	Contrapartida	Valores Pactuados	No exercício	Valores Repassados	Acumulado até exercício	Vigência		Obs:
									Início	Fim	
1	703353	Prefeitura Municipal de Monte Santo	268.041,24	8.041,24	260.000,00	260.000,00			31-dez-09	13-dez-10	4
1	702016	Prefeitura Municipal de Pequizeiro	335.406,39	16.406,40	319.000,00	319.000,00			10-dez-09	26-ago-10	4
1	704558	Prefeitura Municipal de Praia Norte	257.125,28	7.525,28	-	-			10-dez-09	10-abr-10	6
1	704559	Prefeitura Municipal de Porto Nacional	149.424,20	4.500,00	72.999,70	72.999,70			30-dez-09	12-jun-11	1
1	703592	Prefeitura Municipal de Araguatins	1.475.767,42	75.767,42	560.000,00	560.000,00			30-dez-09	30-jun-11	1
1	703587	Prefeitura Municipal de Chapada da Natividade	226.600,00	6.798,00	219.802,00	219.802,00			10-dez-09	16-ago-10	4
1	703346	Prefeitura Municipal de São Valério	265.183,83	8.201,76					30-dez-09	28-jun-11	1

					138.959,91	138.959,91				
1	703533	Prefeitura Municipal de Aragominas	935.847,72	28.943,98	906.903,74	906.903,74	24-dez-09	19-fev-11	1	
1	704704	Prefeitura Municipal de Riachinho	577.319,58	17.319,58	560.000,00	560.000,00	24-dez-09	22-set-10	4	
1	703405	Prefeitura Municipal de Axixá	609.275,36	21.805,35	262.822,77	344.843,78	19-nov-09	17-out-10	4	
1	703339	Prefeitura Municipal de Caseara	495.410,07	14.862,30	-	480.547,77	30-jul-09	30-jan-10	4	
1	723260	Prefeitura Municipal de Couto Magalhães	125.753,80	6.650,75	109.368,60	109.368,60	29-dez-09	09-agosto-10	4	
1	723451	Prefeitura Municipal de Natividade	309.285,72	9.285,72	300.000,00	300.000,00	30-dez-09	28-nov-10	4	
1	636934	EFA	1.212.780,00	108.780,00	160.956,82	875.332,43	1-dez-08	30-dez-11	1	Em execução
1	601059	ITERTINS	695.508,20	69.550,82	-	625.957,42	27-dez-07	26-mar-11	1	Em execução
1	701021	RURALTINS	696.637,00	101.000,00	-	411.673,50	1-dez-08	31-dez-11	1	Em execução
1	632156	COOPTER	3.581.039,00	107.431,17	882.920,34	2.085.807,43	18-agosto-08	17-jan-12	1	Em execução
1	637545	COOPTER	5.683.570,78	170.507,12	1.611.131,87	3.202.255,52	26-nov-08	31-dez-11	1	Em execução
1	636889	COOPVAG	7.093.527,00	212.805,81	2.400.081,37	4.554.833,55	30-out-08	31-dez-11	1	Em execução
1	701.979	RURALTINS	2.292.400,00	379.920,00	393.200,00	393.200,00	26-dez-08	31-dez-11	1	Em execução
1	70.976	RURALTINS	4.161.366,67	533.120,00	750.000,00	750.000,00	26-dez-08	31-dez-11	1	Em execução
1	517732	RURALTINS	4.709.783,64	429.097,00	-	3.051.157,04	20-dez-04	29-abr-10	4	

1	734068	Prefeitura Municipal Santa Fe Do Araguaia	464.000,00	14.000,00	151.660,74	151.660,74	2-jul-10	30-mai-11	1	Em execução
1	733659	Prefeitura Municipal De Praia Norte	257.125,28	7.525,28	158.743,86	158.743,86	28-jun-10	27-fev-11	1	Em execução
1	733663	Prefeitura Municipal De Riachinho	862.896,68	25.886,90	-	-	25-nov-10	25-mai-11	1	Em execução
1	733661	Prefeitura Municipal De Chapada Da Natividade	499.620,29	14.988,61	-	-	22-dez-10	19-ago-11	1	Em execução
1	734152	Prefeitura Municipal Itaguatins	524.000,00	39.000,00	-	-	29-dez-10	29-jun-11	1	Em execução
1	735992	Prefeitura Municipal Cariri Do Tocantins	146.824,91	3.000,00	-	-	23-dez-10	23-jun-11	1	Em execução
1	736091	Prefeitura Municipal de Pau D'arco	402.061,86	12.061,86			23-dez-10	23-mar-11	1	Em execução
1	734067	Prefeitura Municipal de Tocantinia	256.480,00	7.700,00	-	-	8-dez-10	8-jul-11	1	Em execução
1	752967	Prefeitura Municipal de Buriti Do Tocantins	514.873,45	14.873,45	-	-	22-dez-10	22-jun-11	1	Em execução
1	752973	Prefeitura Municipal de Guarai	518.046,90	14.796,90	-	-	28-dez-10	25-jun-11	1	Em execução
1	733664	Prefeitura Municipal de Esperantina – To	893.749,88	26.593,30	-	-	28-dez-10	28-jul-11	1	Em execução
1	733665	Prefeitura Municipal de Axixa Do Tocantins	828.804,75	828.804,75	-	-	31-dez-10	30-jun-11	1	Em execução
1	752969	Prefeitura Municipal de Axixa Do Tocantins	380.681,59	7.613,63	-	-	31-dez-10	30-abr-11	1	Em execução

LEGENDA

Modalidade:

- 1 – Convênio
- 2 - Contrato de Repasse
- 3 - Termo de Parceria
- 4 - Termo de Cooperação
- 5 - Termo de Compromisso

Situação da Transferência:

- 1 - Adimplente
- 2 - Inadimplente
- 3 - Inadimplência Suspensa
- 4 - Concluído
- 5 - Excluído
- 6 - Rescindido

Fonte: SIAFI, SICONV e Planilha de acompanhamento SR(26)/D

8.1.2 Resumo dos Instrumentos Celebrados pela UJ nos três últimos exercícios

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins			CNPJ: 00.375.972/0001-60 UG/GESTÃO: 373085			
Modalidade	Quantidade de instrumentos celebrados em cada exercício			Valores repassados em cada exercício (Valores em R\$ 1,00)		
	2008	2009	2010	2008	2009	2010
Convênio	18	13	13	6.153.708,48	5.680.669,19	9.568.967,65
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-	-
Totais	18	13	13	6.153.708,48	5.680.669,19	9.568.967,65

Fonte: Consulta SIAFI e SICONV (10/03/2011)

8.1.3 Resumo dos instrumentos de transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes

Unidade Concedente ou Contratante					
		Valores (R\$ 1,00)			
Modalidade	Qtd. de instrumentos com vigência em 2011 e seguintes	Contratados	Repassados até 2010	Previstos para 2011	% do Valor global repassado até o final do exercício de 2010
Convênio	25	34.792.217,41	14.888.327,80	9.678.821,24	42,79
Contrato de Repasse	-	-	-	-	-
Termo de Parceria	-	-	-	-	-
Termo de Cooperação	-	-	-	-	-
Termo de Compromisso	-	-	-	-	-
Totais	25	34.792.217,41	14.888.327,80	9.678.821,24	42,79

Fonte: Consulta SIAFI e SICONV (10/03/2011)

8.1.4 Resumo da prestação de contas sobre transferências concedidas pela UJ na modalidade de convênio e de contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente				
Nome: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins				
CNPJ: 00.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 373085		
Exercício da prestação de contas	Quantitativos e montante repassados			Instrumentos (Quantidade e Montante Repassado)
			Convênios	Contratos de Repasse
2010	Ainda no prazo de prestação de contas	Quantidade	8	-
		Montante Repassado	5.084.719,19	-
	Com prazo de prestação de contas vencido	Contas prestadas	Quantidade	5
		Montante Repassado (R\$)	2.620.682,05	-
		Contas NÃO prestadas	Quantidade	2
		Montante Repassado (R\$)	478.082,62	
2009	Contas prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
2008	Contas prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-
Anteriores a 2008	Contas NÃO prestadas	Quantidade	-	-
		Montante Repassado (R\$)	-	-

Fonte: Consulta SIAFI e SICONV (10/03/2011)

8.1.5 Visão geral da análise das prestações de contas de convênios e contratos de repasse

Valores em R\$ 1,00

Unidade Concedente ou Contratante				
Nome: Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins				
CNPJ: 00.375.972/0001-60		UG/GESTÃO: 373085		
Exercício da prestação de contas		Quantitativos e montantes repassados		
		Instrumentos		
		Convênios	Contratos de Repasse	
2010	Com prazo de análise ainda não vencido	Quantidade de contas prestadas	5	
		Comprazo de análise	-	
		Quantidade	8	
		Montante repassado (R\$)	5.084.719,19	
		Contas analisadas	-	
	Com prazo de análise vencido	Quantidade Aprovada	-	
		Quantidade Reprovada	-	
		Quantidade de TCE	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	2	
		Montante repassado (R\$)	478.082,62	
2009	Quantidade de contas prestadas		-	
	Contas analisadas	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	
		Quantidade de TCE	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	
		Montante repassado (R\$)	-	
2008	Quantidade de contas prestadas		-	
	Contas analisadas	-	-	
		Quantidade Reprovada	-	
		Quantidade de TCE	-	
	Contas NÃO analisadas	Quantidade	-	
		Montante repassado	-	
Exercícios anteriores a 2008		Contas NÃO analisadas	Quantidade	
			-	
			-	
		Montante repassado	-	
			-	

Fonte: Consulta SIAFI e SICONV (10/03/2011)

8.1.6 Análise Crítica

A Superintendência Regional possui estoque elevado de convênios, 35 (trinta e cinco), firmados com municípios (infraestrutura em projetos de assentamentos), entidades privadas (ATES/PRONERA) e o Estado do Tocantins (serviço de meio ambiente e ATES), o que tem acarretado atrasos tanto no prazo legal, 60 (sessenta) dias, de apresentações das prestações de contas pelos convententes quanto no prazo de análise na parte física e contábil/financeira financeira por parte desta Regional.

Com relação ao prazo de análise, esclarece-se que esta Superintendência Regional possui apenas 05 (cinco) servidores que atuam diretamente na análise dessas contas, além das atribuições inerentes à seus cargos, sendo 01 (contador), 02 (dois) engenheiros civil, e 02 engenheiros agrônomos para acompanhar os convênios de ATES.

Esclarece-se ainda que esta Regional planejou, conforme Edital do concurso INCRA 01/2010, de 08 de abril de 2010, a criação do núcleo de controle interno mediante o provimento 3 (três) Contadores, 2 (dois) Analistas Administrativo e 4 (quatro) Engenheiros Civis. Contudo, essa ação não se concretizou, pois o concurso encontra-se *sub-judice*, limitando, dessa maneira qualquer ação nesse sentido.

7. Declaração do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV.

DECLARAÇÃO

Com relação a esse item declaro que as informações referentes aos contratos estão devidamente lançados no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e quanto aos convênios ou outros instrumentos congêneres não estão integralmente disponíveis e atualizados, no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

8. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas.

DECLARAÇÃO

DECLARO que os agentes ocupantes de Função de Confiança registrados no ROL de Responsáveis que atuaram no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro do exercício financeiro de 2010, estão em dia com as exigências de apresentação de Declaração de Bens e Rendas, na forma da Lei 8.730, de 10/11/93.

9. Informações sobre o funcionamento do sistema de controle interno da UJ

9.1 Estrutura de controles internos da UJ

Aspectos do sistema de controle interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Ambiente de Controle				x	
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x		
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.		x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			x		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	x				
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	x				
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.		x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	x				
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.		x			
Avaliação de Risco	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	x				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.		x			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	x				
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	x				
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	x				
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.					x

17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais resarcimentos.					x
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.					x
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	x				
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	x				
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	x				
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionados com os objetivos de controle.	x				
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.		x			
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.		x			
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.			x		
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					x
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	x				
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	x				
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	x				
Considerações gerais:					
LEGENDA					
Níveis de Avaliação:					
(1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.					
(2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.					
(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.					
(4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.					
(5) Totalmente válido. Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Responsável pelo preenchimento: Ruberval Gomes da Silva e Flavio Divino Freitas (Itens de 23 a 27)

10. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras.

10.1 Gestão ambiental e licitações sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.		X			
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboraram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas).				X	
· Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?					
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos.	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?					
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).	X				
· Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?					
9. Para a aquisição de bens/produtos é levada em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.				X	

10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.				X
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X			
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)? comunicações oficiais				X
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. · Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, <i>folders</i> , comunicações oficiais, etc.)?	X			
<i>Considerações Gerais: As informações para o preenchimento dos quesitos foram coletadas junto a Divisão de Administração.</i> <i>Os critérios de sustentabilidade conforme previsto no artigo 2 da Instrução Normativa nº 01, de 19 de Janeiro de 2010 foram incluso nos projetos de construção e reforma das Unidades Avançadas de Araguaína, Araguatins e Gurupi..</i> <i>A regional procura especificar critérios de durabilidade e qualidade em suas aquisições dentro dos limites impostos pela lei 8.666/1993 a fim de não limitar a concorrência entre os participantes dos procedimentos licitatórios.</i> <i>Esta Regional fez aquisições de lâmpadas econômicas e aparelhos de Ar condicionado Classe Econômica Tipo “ A ”, todavia ainda não foi feito avaliação em relação ao consumo de energia.</i>				
<u>LEGENDA</u> Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.				

Responsável pelo preenchimento: Berenice Kran de Oliveira

11. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado de terceiros.

11.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

11.1.1 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial de propriedade da união

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	TOCANTINS	5	7
	Araguaína	1	2
	Araguatins	-	1
	Gurupi	1	1
	Palmas	2	2
	Formoso do Araguaia	1	1
Subtotal Brasil		5	7
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		5	7

Fonte: Registro Cartorial/SPIUNET

11.1.2 Distribuição espacial dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS LOCADOS DE TERCEIROS PELA UJ	
		EXERCÍCIO 2009	EXERCÍCIO 2010
BRASIL	TOCANTINS	2	2
	Araguatins	1	1
	Gurupi	1	1
	Subtotal Brasil	2	2
EXTERIOR	-	-	-
Subtotal Exterior		-	-
Total (Brasil + Exterior)		2	2

Fonte: Registro Cartorial/SPIUNET

11.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da união sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação ³²	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no exercício ³³	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
373085	9733000165002	Uso em serviço público	Regular	14.538,28	05/11/2001	180.914,30	-	-
373085	9733000345008	Uso em serviço público	-	97.709.341,68 (CR\$)	05/11/2001	78.786,00	-	-
373085	9241000115001	Uso em serviço público	Regular	310.000,00 (Cr\$)	20/11/2001	156.000,00	-	-
373085	9241000475008	Cessão Onerosa	-	83.000,00	11/11/2010	-	-	-
373085	9243000205007	Uso em serviço público	-	73.500,00	05/02/2010	-	-	-
373085	9385000405008	Uso em serviço público	-	95.814,60	13/05/2009	-	-	-
373085	9365000045007	Em Regularização - Outros	-	10.720.800,00	27/11/2001	-	-	-
Total							-	-

Fonte: Registro Cartorial/SPIUNET

11.1.4 Análise crítica:

Em Palmas, a Superintendência Regional possui dois imóveis urbanos com área total de 6.720,16 m². O primeiro, RIP 9733000165002, possui área de 4.920,16 m², onde está instalada a sua sede, com área edificada de 3.210,13 m². O segundo, RIP 9733000345008, trata-se de uma área de 1.800 m² a qual, atualmente, e encontra-se sem edificação.

³² No preenchimento da coluna foi utilizado o critério da situação das instalações físicas. Esclarece-se que os campos não preenchidos são referentes aos lotes que estão sendo construídos os prédios das Unidades Avançadas de Araguaína e Gurupi, RIP's 9241000475008 e 9385000405008, lotes sem edificações em Palmas e Araguatins, RIP's 9733000345008 e 9243000205007, e um imóvel rural denominado Fazenda Pantanal localizada no município de Formoso do Araguaia, RIP 9365000045007, que embora conste no SPIUNET como um bem imóvel de uso especial da UJ não está vinculado a nenhum tipo de atividade que seja finalística ou administrativa.

³³ No exercício de 2010 foram gastos R\$ 14.690,08 (quatorze mil, seiscentos e noventa reais e oito centavos) com manutenção e conservação de bens imóveis, contudo a Regional não dispõe de centro de custo para auferir os valores gastos com manutenção de cada imóvel.

Em Gurupi, a unidade avançada funciona em imóvel alugado desde 1996, de propriedade de terceiros com área construída de 588,42 m² e área livre de 911,58 m², localizado à Rua 8, nº 1226, na área central do município.

No entanto, a Regional obteve autorização para construção de instalações próprias em terreno de 900 m², RIP 9385000405008, doado pelo município de Gurupi. A obra de edificação da sede está em execução e tem previsão de entrega em abril de 2011, com área construída de 787,82 m².

Em Araguaína, a unidade avançada está instalada em terreno de 510,46 m², RIP 9241000115001, no qual há uma construção antiga de 353,22 m² de área, construída em 1981, e um prédio de dois pavimentos com área total de 197 m, edificado em 1995 o qual serve como garagem.

O prédio de 352,22 m² é oriundo do extinto Grupo Executivo de Terras do Araguaia e Tocantins (GETAT). Não possui condições adequadas para atendimento ao público, em especial quanto às condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais, e funcionamento geral do órgão. Por exemplo, em virtude da falta de espaço, as viaturas da unidade são guardadas no pátio do DNIT, distante 10 km da unidade, assim como parte do arquivo documental.

Em Araguaína, o Incra está investindo na construção de nova sede. A nova instalação em execução terá área construída de 835,75 m², com previsão de entrega em outubro de 2011, em imóvel doado pelo município de Araguaína com área de 1.689 m² (RIP 9241000475008).

O Incra possui também imóvel urbano com área de 1.050 m², RIP 9243000205007, doado pelo município de Araguatins para construção de sede própria, uma vez que a unidade funciona em imóvel alugado há 15 anos. Atualmente, encontra-se em elaboração os projetos básico e executivo para a nova instalação da unidade por meio de contrato licitado em 2010 (CRT/ TO/ Nº 18.000/2010), em vigência.

12. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

12.1 Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Planejamento					
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.					X
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.					X
3. Há comitê que decide sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.					X
Recursos Humanos de TI					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	01				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	X				
Segurança da Informação					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.		X			
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.			X		
Desenvolvimento e Produção de Sistemas					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.				X	
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.					X
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	X				
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.				X	
Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.					
12. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.					X
13. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.				X	
14. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?		X			
Considerações Gerais:					
As informações para o preenchimento dos quesitos foram coletadas junto à Diretoria de Gestão Estratégica, pois o desenvolvimento de sistemas, segurança da informação e infraestrutura geral da rede de comunicação de dados são desenvolvidos e coordenados por essa Diretoria, e o Núcleo de Tecnologia da Informação desta Regional.					
LEGENDA					
Níveis de avaliação:					

- | | | | | |
|--|--|--|--|--|
| <p>(1) Totalmente inválida: Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.</p> <p>(2) Parcialmente inválida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.</p> <p>(3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.</p> <p>(4) Parcialmente válida: Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.</p> <p>(5) Totalmente válida: Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.</p> | | | | |
|--|--|--|--|--|

Responsável pelo preenchimento: Pollyane de Almeida Lustosa Itens 12 a 14

13. Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal.

Tabela LXXXI – Gastos com cartões de pagamento do governo federal - 2010³⁴

UG Executora	Exercício 2009		Exercício 2010	
	Saque ³⁵	Fatura	Saque	Fatura
133084 Unidade Avançada de Araguaína	800,00	20.530,99	1.280,00	22.280,98
373079 Unidade Avançada de Gurupi	195,00	5.810,46	1.460,00	19.169,76
373085 Sede da SR26-TO	5.943,27	139.195,61	8.732,11	146.650,61
TOTAL	6.938,27	165.537,06	11.472,11	188.101,35

Fonte: SIAFI

Os valores descritos na tabela LXXXII estão relacionados com a aquisição de combustível, 89,29%, a fim de atender deslocamento em ações de campo, principalmente, naquelas localidades ausente de cobertura contratual com postos de combustíveis. Atualmente a Regional possui contratos com postos de combustíveis nos municípios de Palmas, Araguaína, Gurupi e Araguatins, vale ressaltar que a SR(26)/TO atua em 368 projetos assentamentos distribuídos em 100 (cem) municípios do estado.

³⁴ 24 (vinte e quatro) cartões corporativos;

³⁵ Os saques tanto no exercício de 2009 quanto no de 2010 são para arcar com travessias de balsa e despesas administrativas de manutenção da sede da SR(26)/TO e Unidades Avançadas.

14. Informações sobre Renúncia Tributária.

Não se aplica à natureza jurídica da UJ

15. Informações sobre as providências adotadas para atender às deliberações exaradas em acórdãos do TCU ou em relatórios de auditoria do órgão de controle interno a que a unidade jurisdicionada se vincula ou as justificativas para o não cumprimento.

15.1 Cumprimento das deliberações do TCU atendidas no exercício

Unidade Jurisdicionada					
Deliberações do TCU					Código SIORG
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	028.422/2009-7	2445/2010	9.2	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins					4148
Descrição da Deliberação:					
9.2. determinar ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária e à Superintendência do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária no do Estado do Tocantins que, no prazo de 60 (sessenta) dias:					
9.2.1. procedam ao exame da conformidade da requisição de servidores municipais às normas aplicáveis, por meio de acordos de cooperação, bem como da alocação desses servidores em atividades compatíveis com a requisição, relatando os resultados em relatório específico;					
9.2.2. elaborem plano de ação, contendo medidas, prazos e responsáveis, para que seja mantido o nível de operação da superintendência sem o emprego dos servidores municipais que forem considerados indevidamente requisitados ou indevidamente alocados em atividades típicas de cargos de carreira ou em outra atividade não permitida pela legislação, em consonância com os resultados do exame procedido na forma do item anterior;					
9.3. determinar à Secex-TO que monitore o cumprimento do item 9.2;					
9.4. encaminhar cópia desta deliberação ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, para subsidiar a devida e necessária supervisão ministerial;					
9.5. retirar a chancela de sigiloso do presente processo;					
9.6. encerrar o processo e arquivar os autos					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
Divisão de Administração					4148
Síntese da providência adotada:					
<ul style="list-style-type: none"> ➤ Suspensão de viagens de servidores cedidos a Regional por meio de Termos de Cooperação Técnica, por meio de MEMO CIRC/INCRA/SR-26/TO Nº 45 , de 22 de outubro de 2010; ➤ Não prorrogação da vigência dos Termos de Cooperação Técnica, por meio do MEMO CIRC/INCRA/SR-26/TO Nº 305, de 22 de outubro de 2010. ➤ Contratar terceirizados, processo licitatório 54400.000550/2010-14, contratação de digitadores 19 (dezenove) e 54400.000550/2010-51, contratação de 11 (onze) recepcionistas. O respectivo procedimento está em análise jurídica na PFE/INCRA/TO 					

Síntese dos resultados obtidos
Rescisão dos acordos de cooperação técnica.
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
O INCRA não finalizou o concurso público com a nomeação de aprovados em virtude de disputa judicial. A não nomeação foi o principal fator que prejudicou a adoção das providencias do acórdão.

Unidade Jurisdicionada								
Denominação completa:			Código SIORG					
Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins			4148					
Deliberações do TCU								
Deliberações expedidas pelo TCU								
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida			
2	027.188/2006-3	2023/2010	9.1,9.2 ,9.2,9.3 9.4,9.5 e 9.6	-	-			
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação				Código SIORG				
Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins				4148				
Descrição da Deliberação:								
<p>VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial instaurada em cumprimento ao Acórdão 625/2008 - TCU - 1ª Câmara, que conheceu da representação formulada pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, para, no mérito, considerá-la procedente.</p> <p>ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 2ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea c, 19, 23, inciso III, e 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 214, inciso III, alínea a, do Regimento Interno:</p> <p>9.1. julgar irregulares as presentes contas;</p> <p>9.2. condenar em débito, solidariamente, os Sres Antônio Santos Fernandes, Eliomar Gonçalves da Silva, Gildenor Gomes de Sousa e João Lima Gonçalves Neto ao recolhimento, aos cofres do Incra, das importâncias abaixo relacionadas, atualizadas monetariamente e acrescidas de juros de mora, devidos a partir das respectivas datas até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:</p> <p>9.2.1 Sr. Antônio Santos Fernandes, solidariamente com o Sr. Eliomar Gonçalves da Silva e com o Sr. Gildenor Gomes de Sousa:</p> <p>VALOR HISTÓRICO (R\$) DATA DE OCORRÊNCIA</p> <p>73.100,00 10.09.2001</p> <p>9.2.2 Sr. Eliomar Goncalves da Silva, solidariamente com o Sr. Gildenor Gomes de Sousa e com o Sr. João Lima Gonçalves Neto:</p> <p>VALOR HISTÓRICO (R\$) DATA DE OCORRÊNCIA</p> <p>79.365,00 10.09.2001</p> <p>9.3 com fundamento no art. 57 da Lei 8.443/1992, aplicar as seguintes multas pecuniárias aos responsáveis abaixo arrolados, a serem recolhidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente a partir do dia seguinte ao do término do prazo abaixo estipulado até a data do pagamento;</p> <p>9.3.1 Sr. Antônio Santos Fernandes, multa pecuniária de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais);</p> <p>9.3.2 Sr. Eliomar Goncalves da Silva, multa pecuniária de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais);</p> <p>9.3.3 Sr. Gildenor Gomes de Sousa, multa pecuniária de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais);</p> <p>9.3.4 Sr. João Lima Gonçalves Neto, multa pecuniária de R\$ 3.000,00 (três mil reais);</p> <p>9.4. fixar prazo de 15 (quinze) dias a contar da notificação para comprovação do recolhimento das dívidas acima imputadas perante o Tribunal;</p>								

9.5. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;	
9.6 encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do Relatório e Voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da República no Estado do Tocantins, a teor do disposto no artigo 16, § 3º, da Lei Orgânica/TCU	
Providências Adotadas	
Setor responsável pela implementação	Código SIORG
Divisão de Administração	4148
Síntese da providência adotada:	
No momento, não envidou nenhuma providencia em relação a referido acórdão, uma vez que não há determinação ou recomendação a ser cumprida por esta Regional nos itens apontados.	
Síntese dos resultados obtidos	
-	
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor	
-	

15.2 Situação das deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há ocorrência no exercício.

15.3 Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	246646	ITEM 4	
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Recomendar a Unidade a realizar análise das prestações de contas no prazo de 60 (sessenta) dias conforme consta no caput do art. 60 da Portaria Interministerial MPOG/MG/CGU nº, de 29 de maio de 2008 (DOU 30/05/2008)			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			4148
Síntese da providência adotada:			
➤ Em reunião com a Divisão de Administração e o Serviço de Finanças e Contabilidade fora recomendado atenção especial na análise das prestações de contas dos convênios, sendo que foi disponibilizado um			

<p>servidor, em meio período, para auxiliar nas análises, reforçando aquele setor.</p> <p>➤ Criação um grupo de trabalho, por meio da OS 167/2010, de 29 de novembro de 2010, a fim de acompanhar a situação dos convênios no âmbito da Regional.</p>
Síntese dos resultados obtidos
Redução de 18 (dezoito) convênios da situação de comprovar para 2 (dois), 23 (vinte e três)na situação de aprovar para 01 (um) .
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor
A Regional está com o quadro de recursos humanos reduzido a vários exercícios, limitando assim toda e qualquer ação planejada para cumprimento das providências necessárias.

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Superintendência Regional do Incra do Estado do Tocantins			4148
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	246646		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária/Incra – Superintendência Regional em Tocantins			4148
Descrição da Recomendação:			
Observar a legislação ao realizar pesquisas de preços, evitando assim o favorecimento de um determinado fornecedor, bem como observar aspectos técnicos no momento de especificar o objeto da licitação, de modo que não sejam feitas exigências sem fundamento e que apontem necessariamente para uma marca específica.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Divisão de Administração			4148
Síntese da providência adotada:			
Esta Regional recomendou aos servidores que compõem as comissões de licitação atenção redobrada durante a condução dos procedimentos licitatórios, seguindo estritamente o a legislação determina.			
Síntese dos resultados obtidos			
Minimização dos erros dos procedimentos licitatórios.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
A Regional está com o quadro de recursos humanos reduzido a vários exercícios, limitando assim toda e qualquer ação planejada para cumprimento das providências necessárias			

15.4 Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no exercício

Não há ocorrência no exercício.

16. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento.

Não há unidade de unidade de controle interno no âmbito da UJ.

17. Outras informações consideradas relevantes pela unidade para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão no exercício.

17.1 Pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda.

A presente pesquisa visa dotar o INCRA de um conjunto de dados, traduzíveis em um conjunto de indicadores, que permita à instituição um conhecimento sistemático e confiável no campo de suas atribuições, possibilitando ao longo do tempo, que sirva ao planejamento das políticas e ações institucionais em prol do desenvolvimento dos assentamentos de reforma agrária, “prestaçao de contas” dessas ações e resultados ao conjunto da sociedade brasileira, ao parlamento e aos órgãos encarregados do acompanhamento das políticas públicas.

A pesquisa de Avaliação da Qualidade dos Assentamentos, Produção e Renda, realizada no decorrer do ano de 2010 junto ao conjunto de assentamentos de reforma agrária de todo o país, organiza um conjunto de indicadores e dados sobre o desenvolvimento dos assentamentos de todos os estados brasileiros referentes a aspectos sócio-econômicos, institucionais, ambientais, dentre outros, sendo foi coordenada e executada pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e contou com a assessoria técnica de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

Os resultados expressam questões objetivas relativas às condições de vida, produção e renda, bem como a percepção das famílias assentadas sobre estes temas, apresentados por Superintendência Regional do INCRA (que em geral corresponde à área geográfica dos estados da federação), por macro-regiões do país e para o conjunto do território nacional.

No Tocantins foram entrevistadas 585 famílias em 28 assentamentos. Abaixo, segue os demonstrativos dos resultados ³⁶da pesquisa.

1- População

População Total	
Homens	54,83%
Mulheres	44,98%
Não informado	0,19%
População Total em Idade Ativa	
Homens	55,83%
Mulheres	44%
Não informado	0,17%

³⁶ Informações extraídas do site <http://www.incra.gov.br/portal/> em 23 de fevereiro de 2011.

Idade da População	
0 a 10 anos	18,45%
11 a 20 anos	22,51%
21 a 30 anos	13,04%
31 a 40 anos	12,27%
41 a 50 anos	12,37%
51 a 60 anos	11,84%
Mais de 60 anos	9,52%
Quantidade de pessoas por família	
1 a 4 pessoas	69,13%
Mais de 5 pessoas	30,87%

2- Educação

Grau de Instrução	
Não alfabetizados	18,50%
Ensino Fundamental	63,93%
Ensino Médio	16,1%
Ensino Superior	1,48%

Crianças matriculadas (7 a 15 anos)	
Sim	88,89%
Não	0,89%
Não informado	10,22%

Avaliação da quantidade e qualificação dos professores	
Ótimo e Bom	61,8%
Razoável	22,07%
Ruim e Péssimo	9,45%
Não Informado	6,68%

3- Saúde

Acesso à Hospital ou Posto de Saúde	
Ótimo e Bom	29,58%
Razoável	18,82%
Ruim e Péssimo	51,02%
Sem resposta	0,58%
Atuação das equipes do Programa de Saúde da Família e Agente Comunitário de Saúde	
Ótimo e Bom	57,07%
Razoável	25,09%
Ruim e Péssimo	17,20%
Sem resposta	0,64%

4- Habitacão

Avaliação do tamanho da casa e quantidade de cômodos	
Ótimo e Bom	49,32%
Razoável	30,84%
Ruim e Péssimo	19,32%
Sem resposta	0,53%
Quantidade de Cômodos na Casa	
Até 4 cômodos	22,67%
Mais de 5 cômodos	77,33%

5- Água

Acesso à água em quantidade suficiente para consumo	
Sim	90,29%
Não	9,71%
Avaliação da Água	
Ótimo e Bom	77,99%
Razoável	11,70%
Ruim e Péssimo	10,08%
Sem resposta	0,23%

6- Infraestrutura

Energia	
Sim	83%
Não	17%
Situação do abastecimento de energia elétrica	
Disponibilidade de energia o ano todo em condições adequadas	67,03%
Disponibilidade de energia, mas com quedas constantes	15,13%
Não possui energia elétrica	17%
Avaliação da Energia na Casa	
Ótimo e Bom	70,24%
Razoável	10,12%
Ruim e Péssimo	14,95%
Sem resposta	4,68%
Saneamento Básico	

Rede de esgoto	0,36%
Tem algum tipo de fossa	51,96%
Outro	47,56%
Não tem acesso a saneamento	0,12%

Avaliação do Saneamento Básico	
Ótimo e Bom	19,20%
Razoável	14,88%
Ruim e Péssimo	62,81%
Sem resposta	3,11%
Avaliação das Estradas	
Ótimo e Bom	19,20%
Razoável	14,88%
Ruim e Péssimo	62,81%
Sem resposta	3,11%

7- Bens e Equipamentos

Moto	
Antes	10,09%
Depois	40,81%
Aumento de 30,72 pontos percentuais	
Antena Parabólica	
Antes	11,91%
Depois	47,64%
Aumento de 35,73 pontos percentuais	
Celular	
Antes	9,27%
Depois	48,32%
Aumento de 39,05 pontos percentuais	
Liquidificador	
Antes	25,40%
Depois	41,32%
Aumento de 15,92 pontos percentuais	
Aparelho de Som	
Antes	17,69%
Depois	30,04%
Aumento de 12,35 pontos percentuais	
Televisão	
Antes	38,03%
Depois	49,01%
Aumento de 10,98 pontos percentuais	

8- Meio Ambiente

Ações pró-ambiente	
Consórcio de cultura	55,36%
Pousio	30,14%
Rotação de cultura	25,82%
Adubação Orgânica	20,01%
Curva de Nível	10,20%
Recuperação de áreas degradadas	6,85%
Problemas ambientais	
Queimadas	30,87%
Desmatamento	17,43%
Deposição de lixo de forma inadequada	37,88%
Contaminação por agrotóxicos	18,92%
Assoreamento de rios e córregos	11,20%

9- Produção

Nível de Satisfação com o Tamanho do Lote	
Ótimo e Bom	70,63%
Razoável	22,37%
Ruim e Péssimo	6,89%
Sem resposta	0,11%
Nível de Satisfação com a Fertilidade do Lote	
Ótimo e Bom	53,45%
Razoável	31,13%
Ruim e Péssimo	15,18%
Sem resposta	0,24%
Nível de Satisfação com a Disponibilidade de Mão de Obra Familiar	
Ótimo e Bom	34,47%
Razoável	28,67%
Ruim e Péssimo	20,87%
Sem resposta	15,99%
Nível de Satisfação com o Conhecimento de Técnicas de Produção	
Ótimo e Bom	61,45%
Razoável	26,30%
Ruim e Péssimo	11,84%
Sem resposta	0,41%

10- Crédito

Acesso ao Pronaf	
Sim	69,62%
Não	30,38%
Acesso aos Créditos do Incra	
Apoio Inicial	78,86%
Aquisição de Material de Construção	88,39%
Recuperação de Material de Construção	1,99%
Fomento	33,86%
Apoio Mulher	0,82%
Adicional Fomento	0,70%
Reabilitação Crédito Produtivo (Procera)	5,89%

11- Comercialização

Nível de Satisfação com a Comercialização dos Produtos	
Ótimo e Bom	49,67%
Razoável	27,45%
Ruim e Péssimo	19,83%
Sem resposta	3,05%

12- Organização

Participação em Associações ou Cooperativas	
Sim	93,36%
Não	6,64%
Participação nas Associações e Cooperativas	
Freqüentemente (mais de 70%)	66,67%
Regularmente (50 a 70%)	21,68%
Raramente (menos de 50%)	5,01%

13- Avaliação

Moradia	
Muito Melhor e Melhor	80,10%
Igual	12,70%
Pior e Muito Pior	7,20%
Sem resposta	0%
Educação	

Muito Melhor e Melhor	57,04%
Igual	20,08%
Pior e Muito Pior	20,76%
Sem resposta	2,12%
Saúde	
Muito Melhor e Melhor	49,56%
Igual	26,91%
Pior e Muito Pior	23,3%
Sem resposta	0,23%
Renda	
Muito Melhor e Melhor	75,5%
Igual	14,35%
Pior e Muito Pior	9,61%
Sem resposta	0,53%
Alimentação	
Muito Melhor e Melhor	74,10%
Igual	21,56%
Pior e Muito Pior	3,05%
Sem resposta	1,29%
À organização (associações, sindicato, movimentos, diretoria de igreja)	
Muito Melhor e Melhor	65,75%
Igual	24,79%
Pior e Muito Pior	8,88%
Sem resposta	0,41%
Ao esporte, à cultura e ao lazer (futebol, baile, forró, festas religiosas, teatro)	
Muito Melhor e Melhor	47,31%
Igual	34,47%
Pior e Muito Pior	17,81%
Sem resposta	0,41%

Parte B - Informações Contábeis da Gestão

18. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada atestando que os demonstrativos contábeis (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) e o demonstrativo levantado por unidade gestora responsável – UGR (válido apenas para as unidades gestoras não executoras) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta relatório de gestão.

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)	Código da UG		
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Palmas/TO	Data	01/03/2011
Contador Responsável	Wesley Barros Rodrigues	CRC nº	1551/O-TO

19. Demonstrações contábeis previstas na Lei nº 4.320/64, incluindo as notas explicativas, conforme disposto na Resolução CFC nº 1.133/2008 (NBC T 16.6).

Anexas ao processo de prestação de contas.

Parte C - Informações Específicas a constar do Relatório de Gestão – Superintendências Regionais do INCRA

20. Apresentar o cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha (Portaria/Incra/n.^o 12/2006), dos cartórios de registro de imóveis contendo, no mínimo, as seguintes informações:

É impossível, no momento, apresentação do cronograma de levantamento relativo à documentação cartorária de imóveis rurais acima de 10.000,0000 hectares, conforme, abaixo elencamos os motivos:

Após a vigência da Lei n^o 10.267/2001 que prevê o georreferenciamento da malha fundiária nacional nos casos de alienação, desmembramento, remembramento, parcelamento, entre outros, e da Portaria/ Incra/ n^o 12/2006, que unificou os procedimentos de fiscalização, adotamos metodologia diferente, ou seja, aguardamos os proprietários rurais solicitarem a certificação do georreferenciamento e o CCIR de seu imóvel para iniciarmos procedimento fiscalização.

Nesta SR(26)/TO, existem 39 (trinta e nove) processos de fiscalização formalizados, destes (cinco) não apresentaram o destaque do poder público para o particular, e por se tratar de área de regularização fundiária do estado do Tocantins, o órgão de terras estadual foi notificado para as providências que julgar cabíveis. Neste caso o cadastro do imóvel no Sistema Nacional de Cadastro de Imóveis Rurais permaneceu inibido. E, 2 (dois) devido se tratar de imóveis titulados pela União e não foram cumpridas parte das cláusulas resolutivas, em parte do imóvel. Depois de analisado pela Procuradoria Federal Especializada do Incra, os processos de fiscalização tiveram seu prosseguimento normal na parte do imóvel com destaque regular, e a parte com vícios foi aberto processo próprio e encaminhado a Divisão Estadual de Regularização Fundiária para análise e futura proposição ação de retomada, caso assim seja entendido.

Frisa-se que tal procedimento foi adotado devido a diversos fatores que a Superintendência está passando, principalmente devido a seu reduzido quadro de servidores. O Setor de Cadastro conta hoje com apenas 2 (dois) fiscais de cadastro e tributação rural, que não são responsáveis apenas pelos procedimentos fiscalizatórios, mas por todo e qualquer atualização cadastral de imóveis rurais (atualização cadastral simples, georreferenciamento, processos de desapropriação – toda a rotina do Cadastro).

Para exercício, está prevista instrução de 10 (dez) processos de fiscalização. Não é possível o comprometimento de um número maior, devido a situação acima e também pelo falta de previsão orçamentária até o momento. E mais (2) dois imóveis pelo Decreto 62.504/68. Abaixo, na Tabela LXXXIII demonstra-se os processos de fiscalização de imóveis rurais acima de 10.000,00 que estão tramitando nesta Superintendência Regional.

Tabela LXXXIV Processos de fiscalização de imóveis rurais acima de 10.000,0000 ha

	Processo de Fiscalização	imóvel	Área (há)	Município
1	54400.000855/2009-01	Faz. Malasca	10.096,2361	Muricilândia
2	54.400.000909/2008-40	Lotes 42, 42-A, 48, 49 E 50 Lotº Santo Antonio	10.144,5656	Campos Lindos
3	54400.002076/2007-71	Faz. Bocalon I, II, III E Faz. Taboca	10.446,4343	Divinópolis
4	.54400.000907/2008-51	Faz. Imperador	10.571,6430	Pium
5	54400.00251/2010-79	Faz. Conquista I, II, E III	10.609,6450	Dianópolis
6	54400.002793/2007-01	Loteamento Ampar	10.650,6938	Conceição do Tocantins
7	54400.000498/2000-46	Faz. São Bento e Itaguassú	11.054,1073	Araguacema
8	54400.002298/2008-74	Faz. San Vito	11.206,3830	Almas
9	54400.002219/2010-40	Faz. Araguacema	11.431,6161	Araguacema
10	54400.002241/2010-90	Faz. Grande Oriente Tupiara I e II	11.531,9252	Paranã
11	54400.001827/2001-46	Faz. Rio do Peixe	11.890,3381	Peixe
12	54400.002218/2010-03	Faz. Agua Limpa I E II	12.108,2240	Sandolândia
13	54400.002633/2009-09	Unificação Dos Lotes 01 A 15 Lotº Ponte Alta	12.225,1988	Mateiros
14	54400.000931/2008-80	Faz. Pedra Riscada	12.278,4319	São Salvador
15	54400.000893/2008-75	Faz. Natal, Lago Grande e Flores	12.393,4620	Xambioá
16	54400.002095/2007-05	Faz. Pé do Morro	12.863,3733	Miranorte/Rio dos Bois/Fortaleza do Tabocão
17	54400.000364/2008-71	Faz. Rancho Novo	13.838,4694	Rio da Conceição
18	54400.000500/2000-96	Faz. Jan, Jan II, III E IV.	14.317,4535	Pium
19	54400.001957/2006-50	Faz. Ampar	14.543,4590	Dianópolis
20	54400.002018/2008-28	Faz. Lagoão	14.963,4000	Sandolândia
21	54400.002007/2010-62	Faz. Santa Rosa	15.333,5629	Mateiros

22	54400.000076/2005-74	Fazenda Yara I, II, Toca do Lobo, Cabeceira Nova e Mansidão	15.758,7177	Santa Rosa do Tocantins
23	54400.002078/2007-60 54400.001221/2001-19 54400.001219/2001-31	Faz. Trindade	16.163,6845	Lagoa da Confusão
24	54400.002369/2009-10	Faz. Manduca	16.507,7763	Novo Acordo
25	54400.002056/2010-03	Faz. Rio Preto e Tata do Vale	16.677,8281	Araguaina
26	54400.002888/2009-88 VOL. I, II E III.	Faz. Novo Horizonte	17.127,6741	Muricilândia e Santa Fé
27	54400.002775/2007-11	Faz. Ipanema	17.493,0438	Divinópolis
28	54400.000918/2008-31	Faz. Lago Grande	18.249,2477	Sandolândia e Formoso do Araguaia
29	54400.002123/2010-81	Faz. Boa Fortuna	18.403,0490	Pium
30	54400.000859/2009-81	Faz. Lages	19.576,6283	Paranã
31	54400.000515/2007-19	Faz. Dona Maria	19.922,0929	Araguaina
32	54400.000394/2011-83	Faz. Sapucaia	20.170,9198	Piraquê
33	54400.001471/2007-36	Faz. Cachoeira	20.397,5760	Araguaçu
34	54400.002387/2006-06	Faz. Vista Alegre	20.685,8979	Araguanã
35	54400.000920/2008-18	Faz. Planeta	22.074,9481	Lagoa da Confusão
36	54400.001238/2008-34	Faz. Cachoeira	22.079,3687	Ponte Alta do Tocantins
37	54400.002777/2007-18 - 54400.000182/2007-10	Faz. Ponte Alta	25.051,1081	Mateiros
38	54400.001259/2008-50	Junção Lotes 01 A 16.	29.739,4346	Lagoa da Confusão
39	54400.001160/1999-60	Faz. Rio Verde	71.215,1000	Araguaçu
TOTAL			661.792,7179	

Fonte: Planilha de Acompanhamento SR(26)/F/Serviço de Cadastro Rural.

21. Principais dificuldades a serem geridas no próximo exercício e ações de mitigação.

- a) Certificação de Imóveis Rurais;
- b) Licenciamento Ambiental;
- c) Volume de recursos inscritos em restos a pagar;
- d) Redução do Quadro de Servidores;
- e) Crescente demanda de ações por parte dos movimentos sociais;
- f) Criação do núcleo de controle interno
- g) Orçamento para fazer face aos passivos dos projetos de assentamentos (infraestrutura).

Informa-se que as dificuldades apontadas e a execução de ações de mitigações fogem à governabilidade desta Regional, uma vez que estão em um primeiro momento condicionadas a decisões políticas de nível nacional e relacionadas com capacidade operacional desta regional a qual vem sofrendo reduções em seu quadro de servidores há vários exercícios.

Contudo, esta Regional para o exercício de 2011 buscará parceria com o Ministério da Defesa, por meio do Comando do Exército, a fim de disponibilizar mão-de-obra especializada - engenheiros e topógrafos, a fim de atender as ações de Licenciamento Ambiental e Certificação de Imóveis Rurais.